




Índice de Sustentabilidade Empresarial IGC

Índice de Administração ITAG

 LND
LISTING
NYSE

BRASILAGRO COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS | CNPJ 07.628.528/0001-59 | COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos mais um ano com resultado recorde. A receita líquida totalizou R\$ 1,5 bilhão, crescimento de 98%, sendo R\$ 1,2 bilhão referente a comercialização de produtos agrícolas e R\$ 316,2 milhões em venda de fazendas. O Lucro Bruto foi de R\$ 520,1 milhões, crescimento de 64% com margem líquida de 26%. O EBITDA ajustado totalizou R\$ 748,1 milhões crescimento de 105%, com margem de 38%. O ano foi marcado pela maior venda de fazenda da história da BrasilAgro, foram vendidos 3.723 hectares da Fazenda Alto Taquari no Mato Grosso por R\$ 589,0 milhões. Vendemos também uma área na Bahia de 4.573 hectares por R\$ 130,1 milhões. Essas vendas, além de relevantes para a história da Companhia, reforçam nossa tese imobiliária de geração de valor através da valorização do preço das terras. O período de estiagem enfrentado nos estados da Bahia e do Mato Grosso, impactaram a produtividade do algodão e do milho safrinha dessas regiões. Apesar disso, encerramos o exercício com um EBITDA das operações de R\$ 496,6 milhões, reflexo da comercialização de 2,4 milhões de toneladas de produtos agrícolas. Com o forte resultado no ano, a administração propôs pagamento de R\$ 320,0 milhões (R\$ 3,24 por ação) em dividendos, que serão submetidos à aprovação em Assembleia de Acionistas a ser realizada em 27 de outubro de 2022. Do ponto de vista de ESG (Ambiental, Social e Governança na sigla em inglês), também tivemos importantes avanços. Em 2022, aderimos ao Pacto Global da ONU, através do Instituto BrasilAgro, reforçando o nosso compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Inauguramos a primeira fábrica de Bioinsumos na Bahia, estamos no processo de revisão da nossa Matriz de Materialidade para direcionar o posicionamento ESG integrado à nossa estratégia, com

compromissos e metas que buscam contribuir de forma mais efetiva com sustentabilidade do agronegócio. Essas e outras ações dentro deste âmbito, serão divulgadas no relatório de sustentabilidade 2022. A safra 22/23 começou com importantes desafios, com impactos relevantes no custo de produção em decorrência da guerra entre Rússia e Ucrânia, dois importantes fornecedores mundiais de matérias-primas usadas nos fertilizantes químicos. A estratégia da Companhia em antecipar a compra dos insumos, se mostrou acertada. Já prevendo um gargalo logístico, antecipamos o recebimento dos fertilizantes e já temos 74% dos produtos comprados nas fazendas. Mesmo com esse cenário, as margens continuam acima da média histórica. Vamos continuar investindo na operação e aumento de áreas, próprias e arrendadas e avaliando oportunidades de aquisições e vendas, mantendo a disciplina de capital. Por fim, destacamos uma importante conquista, a BrasilAgro foi eleita pelo Great Place to Work (GPTW) uma das melhores empresas para se trabalhar no agronegócio, fomos a quinta melhor empresa da categoria. Esse resultado mostra que estamos no caminho certo, investindo no desenvolvimento das pessoas, cuidando e respeitando, formando um time para levar adiante o nosso propósito de produzir alimentos com responsabilidade.

André Guillaumon - CEO

Gustavo Javier Lopez - CFO e Diretor de Relações com Investidores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante						Passivo e patrimônio líquido					
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	192.629	867.137	435.493	1.059.107	Circulante					
Títulos e valores mobiliários restritos	6.2	82.338	-	94.870	-	Contas a pagar e outras obrigações	16	190.871	114.874	253.440	186.890
Operações com derivativos	7	61.013	32.657	61.013	32.657	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	57.453	252.151	123.411	322.046
Contas a receber e créditos diversos	8	176.288	59.153	442.313	192.606	Obrigações trabalhistas		18.964	17.464	25.652	22.536
Estoques	9	234.260	199.254	289.899	265.859	Operações com derivativos	7	34.064	48.574	34.064	48.574
Ativos biológicos	10	110.880	99.143	264.976	210.489	Aquisições a pagar	19	20.687	37.796	28.846	45.133
Partes relacionadas	30	136.233	85.791	-	488	Partes relacionadas	30	482	488	-	5.568
		<u>993.645</u>	<u>1.343.135</u>	<u>1.588.564</u>	<u>1.761.206</u>	Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas	15	37.541	57.194	18.581	30.545
								<u>360.062</u>	<u>528.541</u>	<u>483.994</u>	<u>661.292</u>
Não circulante						Não circulante					
Ativos biológicos	10	57.906	34.585	57.906	34.585	Contas a pagar e outras obrigações	16	-	-	23.833	34.902
Títulos e valores mobiliários restritos	6.2	5.348	-	19.580	10.455	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	286.380	301.281	329.630	341.135
Operações com derivativos	7	2.744	3.881	2.744	3.881	Tributos diferidos	18.1	5.395	-	34.925	26.714
Contas a receber e créditos diversos	8	215.722	12.456	411.351	348.933	Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas	15	187.331	159.344	230.570	168.450
Tributos diferidos	18.1	-	12.722	4.360	72.343	Operações com derivativos	7	5.272	1.965	5.272	1.965
Propriedades para investimento	11	159.066	121.485	1.004.380	997.100	Provisão para demandas judiciais	28	212	174	1.117	1.445
Partes relacionadas	30	2.620	3.039	1.839	2.680	Partes relacionadas	30	926	1.483	7.472	2.519
Investimentos	12	1.597.167	1.439.129	7.642	5.609	Aquisições a pagar	19	12.402	-	12.402	7.295
Imobilizado	13	43.365	30.376	128.131	110.390			<u>497.918</u>	<u>464.247</u>	<u>645.221</u>	<u>584.425</u>
Intangível		647	866	812	1.104	Total do passivo		<u>857.980</u>	<u>992.788</u>	<u>1.129.215</u>	<u>1.245.717</u>
Direitos de uso	14	189.950	173.715	117.954	80.032	Patrimônio líquido					
		<u>2.080.385</u>	<u>1.832.254</u>	<u>1.756.699</u>	<u>1.667.112</u>	Capital social	20.a	1.587.985	1.587.985	1.587.985	1.587.985
						Gastos com emissão de ações		(11.343)	(11.343)	(11.343)	(11.343)
						Reserva de capital	20.b	(21.348)	(34.189)	(21.348)	(34.189)
						Ações em tesouraria	20.f	(49.761)	(40.085)	(49.761)	(40.085)
						Reservas de lucro		416.352	416.252	416.352	416.252
						Dividendos adicionais propostos	20.d	196.476	184.559	196.476	184.559
						Resultados abrangentes	20.e	97.687	79.422	97.687	79.422
						Total do patrimônio líquido		<u>2.216.048</u>	<u>2.182.601</u>	<u>2.216.048</u>	<u>2.182.601</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.074.028</u>	<u>3.175.389</u>	<u>3.345.263</u>	<u>3.428.318</u>
Total do ativo		<u>3.074.028</u>	<u>3.175.389</u>	<u>3.345.263</u>	<u>3.428.318</u>						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	22.a	710.425	407.513	1.168.137	662.952
Ganho com venda de fazenda	22.b	-	-	251.534	53.097
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas					
(Reversão) Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	9.1	(51.016)	(19.545)	(50.822)	(22.728)
Custo das vendas	23	(693.018)	(489.628)	(1.142.688)	(729.145)
Lucro bruto		<u>254.786</u>	<u>273.267</u>	<u>775.925</u>	<u>491.524</u>
Despesas com vendas	23	(28.058)	(18.396)	(43.578)	(27.951)
Despesas gerais e administrativas	23	(45.499)	(38.433)	(55.968)	(46.852)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	25	2.392	(16.297)	13.829	(22.613)
Equivalência patrimonial	12.a	464.241	302.909	(31)	11
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		<u>647.862</u>	<u>503.050</u>	<u>690.177</u>	<u>394.119</u>
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	26	650.330	615.340	955.783	849.623
Despesas financeiras	26	(747.493)	(785.246)	(1.008.643)	(945.611)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>550.699</u>	<u>333.144</u>	<u>637.317</u>	<u>298.131</u>
Imposto de renda e contribuição social	18.2	(30.599)	(15.498)	(117.217)	19.515
Lucro líquido do exercício		<u>520.100</u>	<u>317.646</u>	<u>520.100</u>	<u>317.646</u>
Lucro básico por ação - em reais	27	5,2618	4,5611	5,2618	4,5611
Lucro diluído por ação - em reais	27	5,2347	4,4478	5,2347	4,4478

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2022	2021
Lucro líquido do exercício		<u>520.100</u>	<u>317.646</u>
Resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes:			
Efeito na conversão de investimentos no exterior	20.e	18.265	(35.917)
Total do resultado abrangente		<u>538.365</u>	<u>281.729</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas		<u>959.891</u>	<u>753.286</u>	<u>1.954.699</u>	<u>1.214.822</u>
Receita operacional bruta	22	720.120	413.912	1.190.414	679.869
Ganho com venda de fazenda	22	-	-	251.534	53.097
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas					
(Reversão) Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	9.1	(51.016)	(19.545)	(50.822)	(22.728)
Outras (despesas) e receitas	25	2.392	(16.297)	13.829	(22.613)
Reversão (provisão) de perdas esperadas com recebíveis	23	-	289	(20)	(151)
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(677.988)</u>	<u>(442.242)</u>	<u>(1.118.439)</u>	<u>(659.510)</u>
Custo das vendas		(638.432)	(414.187)	(1.061.362)	(620.116)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(39.556)	(28.055)	(57.077)	(39.394)
Valor adicionado bruto		<u>281.903</u>	<u>311.044</u>	<u>836.260</u>	<u>555.312</u>
Depreciação e amortização	23	(55.654)	(76.240)	(82.614)	(110.004)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>226.249</u>	<u>234.804</u>	<u>753.646</u>	<u>445.308</u>
Valor adicionado recebido em transferência		<u>1.114.571</u>	<u>918.249</u>	<u>955.752</u>	<u>849.634</u>
Equivalência patrimonial	12.a	464.241	302.909	(31)	11
Receitas financeiras	26	650.330	615.340	955.783	849.623
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.340.820</u>	<u>1.153.053</u>	<u>1.709.398</u>	<u>1.294.942</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>1.340.820</u>	<u>1.153.053</u>	<u>1.709.398</u>	<u>1.294.942</u>
Pessoal e encargos		<u>29.747</u>	<u>25.569</u>	<u>35.641</u>	<u>29.603</u>
Remuneração direta		26.018	22.517	31.034	25.892
Benefícios		3.189	2.596	3.950	3.186
FGTS		540	456	657	525
Impostos, taxas e contribuições		<u>45.470</u>	<u>25.114</u>	<u>147.572</u>	<u>3.068</u>
Federais (inclui IRPJ e CSLL diferidos)		41.975	22.080	142.628	(1.113)
Estaduais		3.290	2.829	4.329	3.522
Municipais		205	205	615	659
Financiadores		<u>745.503</u>	<u>784.724</u>	<u>1.006.085</u>	<u>944.625</u>
Despesas financeiras (i)		745.350	784.530	1.005.743	944.228
Aluguéis		153	194	342	397
Remuneração do capital próprio		<u>520.100</u>	<u>317.646</u>	<u>520.100</u>	<u>317.646</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	123.524	75.441	123.524	75.441
Dividendos adicionais propostos	20.d	196.476	184.559	196.476	184.559
Lucro líquido do exercício retido		200.100	57.646	200.100	57.646

(i) Os tributos sobre receita financeira estão apresentados na rubrica "Federais".

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Reserva de capital					Reservas de lucro					Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Transações de capital entre sócios	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Resultados abrangentes		Lucros acumulados
Saldo em 30 de junho de 2020		699.811	-	(33.566)	(726)	-	(31.501)	31.535	327.071	13.606	115.339	-	1.121.569
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	317.646	317.646
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-	(13.606)	-	-	(13.606)
Devolução parcial das ações da Aquisição Agrifirma		-	-	8.584	-	-	(8.584)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de entidade sobre controle comum		-	-	-	-	(11.031)	-	-	-	-	-	-	(11.031)
Aumento de capital por oferta pública		440.000	(11.343)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	428.657
Aumento de capital por bônus de subscrição		448.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	448.174
Plano de remuneração em ações		-	-	-	2.550	-	-	-	-	-	-	-	2.550
Constituição de reserva legal	20.d	-	-										

...continuação

BRASILAGRO COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		520.100	317.646	520.100	317.646		6.454	5.506	2.820	(4.958)
Ajustes para conciliação do lucro exercício										
Depreciação e amortização	23	55.654	76.240	82.614	110.004		(61.194)	(27.906)	(34.877)	(25.464)
Ganho com venda de fazenda, líquido		-	-	(140.658)	(53.097)		(7.792)	(4.122)	(5.667)	(657)
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienados		326	3.415	1.586	6.309		(178)	(828)	(347)	(1.444)
Baixas de propriedades para investimento		982	31	6.743	-		(66.947)	(42.979)	233.885	179.481
Equivalência patrimonial	12.a	(464.241)	(302.909)	31	(11)		(358)	(415)	(28.707)	(28.249)
Resultado não realizado com derivativos, líquidos	26	(14.264)	8.960	(14.241)	8.960		(67.305)	(43.394)	205.178	151.232
Rendimentos de aplicações financeiras, variação cambial e monetária e demais encargos financeiros, líquidos		27.591	40.611	18.769	100.800					
Variação no valor justo do contas a receber pela venda de fazendas e outros passivos financeiros		2.883	12.668	(31.634)	(124.674)		(22.750)	(10.770)	(50.843)	(18.712)
Plano de incentivo baseado em ações – ILPA		2.831	2.232	3.165	2.550	11	-	(36.540)	-	(55.192)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	18.117	14.975	76.194	(50.536)		(42.060)	6.323	(36.892)	2.782
Valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas não realizados	10	(288.395)	(374.927)	(549.764)	(527.348)		200.287	77.148	-	-
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	9.1	51.016	19.545	50.822	22.728		(12.054)	(38.167)	(1.994)	-
(Reversão) provisão de perdas esperadas com recebíveis	23	-	(289)	20	151		-	-	-	21.360
Provisão/Reversão para demandas judiciais	28	216	428	19	1.404		123.423	(167.770)	(89.729)	(214.009)
		(87.184)	(181.374)	23.766	(185.114)					
Variação nos ativos e passivos										
Clientes		(80.301)	(3.439)	(25.715)	127.375					
Estoques		(86.022)	(111.982)	(74.350)	(154.937)		(34.822)	(10.229)	(41.697)	(16.491)
Ativos biológicos		251.828	297.770	466.490	388.082					
Impostos a recuperar		(13.347)	(1.447)	(612)	(23.835)		(239.892)	(265.922)	(296.555)	(345.830)
Operações com derivativos		(24.158)	(5.828)	(24.127)	(5.828)		(459.984)	(42.000)	(459.984)	(42.000)
Outros créditos		(32.603)	249	(56.409)	31.638		-	870.988	-	870.988
Fornecedores		(28.464)	(11.963)	(57.891)	4.136		(729.698)	997.591	(737.800)	954.857
Partes relacionadas		85.981	210	364	(3.218)		(673.580)	786.427	(622.351)	892.080
Tributos a pagar		8.533	(127)	17.465	30.765		867.137	83.713	1.059.107	171.045
Obrigações trabalhistas		1.500	2.302	2.975	2.940		(928)	(3.003)	(1.263)	(4.018)
							192.629	867.137	435.493	1.059.107

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 30 DE JUNHO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Informações gerais: A BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("BrasilAgro"), ("Companhia") ou ("Controladora"), foi constituída em 23 de setembro de 2005 e possui sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1309, em São Paulo e filiais no Brasil nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão e Piauí, assim como no Paraguai e Bolívia. A Companhia é controlada pela Cresud Sociedad Anónima, Comercial, Inmobiliaria, Financiera y Agropecuaria ("Cresud S.A.C.I.F.Y.A."), localizada na Argentina, suas principais atividades são a produção agropecuária e a exploração de negócios de natureza imobiliária. A Companhia é controladora direta e indireta de empresas de capital fechado e tem como objeto social: (i) a exploração, importação e exportação de atividades e insumos agrícolas, pecuárias e florestal; (ii) compra, venda e locação de imóveis rurais/urbanos; e (iii) intermediação de natureza imobiliária de quaisquer tipos e administração de bens próprios e de terceiros. A Companhia e suas subsidiárias operam em 20 fazendas com área total de 279.272 hectares, sendo 215.255 hectares próprios e 64.017 hectares arrendados. São 17 fazendas no Brasil distribuídas em 6 estados, 1 (uma) fazenda no Paraguai e 2 (duas) fazendas na Bolívia. O total não considera a área de 1.157 hectares da Fazenda Alto Taquari negociada em 01 de setembro de 2021 (Nota 2.1), que terá os títulos finalmente transferidos em 30 de setembro de 2024. As informações comparativas do portfólio estão divulgadas na nota explicativa 11.

2. Principais eventos ocorridos: 2.1 Vendas de Fazendas: 2.1.1 Vendas de fazendas realizadas no exercício anterior: Venda Fazenda Bananal X: Em 31 de julho de 2020, a Companhia concluiu a venda de 2.160 hectares da Fazenda Bananal ("Bananal X"), propriedade localizada no município de Luís Eduardo Magalhães (BA), sendo 1.714 hectares de área útil e 446 de hectares de área de reserva legal e preservação permanente pelo valor de R\$ 28.000. A área vendida pertencia à subsidiária Agrifirma, empresa adquirida em 27 de janeiro de 2020, e não integrava o portfólio de fazendas da Companhia por conta da existência de um compromisso de compra e venda assinado pela antiga Administração. Em 30 de junho de 2022 o comprador havia efetuado o pagamento integral de todas as parcelas. **Venda Fazenda Jatobá III:** Em 31 de agosto de 2020, a Companhia concedeu ao comprador o saldo remanescente de 133 hectares pelo valor de R\$ 3.796, totalizando a área total entregue de 3.258 hectares (2.473 hectares úteis) da Fazenda Jatobá III, propriedade localizada no Município de Jaborandi - BA. A receita total na transação foi de R\$ 50.812, equivalente a 285 sacas de soja por hectare útil. Em 30 de junho de 2022 o comprador havia efetuado o pagamento no montante acumulado de R\$ 32.396. **Venda Fazenda Jatobá VI:** Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou compromisso de venda e compra em uma área total de 1.654 hectares (1.250 hectares úteis) da Fazenda Jatobá, propriedade rural localizada no Município de Jaborandi - BA, pelo valor de 300 sacas de soja por hectare útil, equivalente ao valor nominal de R\$ 67.061. Em 30 de junho de 2022 o comprador havia efetuado o pagamento no montante acumulado de R\$ 12.376. **2.1.2 Vendas de fazendas realizadas dentro do exercício: Fazenda Alto Taquari IV:** Em 10 de outubro de 2021, a Companhia reconheceu a primeira parte da venda da Fazenda Alto do Taquari, propriedade rural localizada em Alto Taquari – MT. O acordo firmado em 01 de setembro de 2021 abrange uma área de 3.723 hectares (2.694 hectares agricultáveis) por 2.962.974 sacas de soja, equivalente a R\$ 591.339 na data da transação. Os pagamentos foram divididos em 9 parcelas, 1 (uma) na forma de adiantamento e 8 parcelas anuais com vencimento no mês de maio, sendo a última em 30 de maio de 2029. Em 30 de junho de 2022, o comprador havia efetuado o pagamento de R\$ 95.861, no qual o ganho está demonstrado na nota explicativa 22.b. As partes definiram a venda em 2 (duas) etapas com a transferência de 2.566 hectares em 10 de outubro de 2021 e 1.157 hectares em 30 de setembro de 2024. **Fazenda Rio do Meio** Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia registrou a venda de 4.573 hectares (2.859 hectares agricultáveis) da Fazenda Rio do Meio, área localizada no Município de Correntina – BA. O acordo assinado em 01 de setembro de 2021 fixou o preço da área em 714.835 sacas de soja, equivalente a R\$ 130.104 na data da transação. Os pagamentos foram divididos em 13 parcelas, a primeira como adiantamento e as 12 parcelas restantes semestralmente, com vencimento em junho e outubro até 10 de outubro de 2027. Nenhuma receita de venda foi reconhecida na data do contrato, pois a transferência de propriedade estava relacionada ao pagamento integral da primeira parcela de R\$ 16.760 em 29 de dezembro de 2021. Em 30 de junho de 2022 o comprador havia efetuado o pagamento de R\$ 20.301, no qual o ganho está demonstrado na nota explicativa 22.b. No mesmo acordo, a Companhia se comprometeu a obter ASV (Autorização para Supressão de Vegetação) para uma área de 371 hectares, com pagamento fixado em 100 sacas de soja por hectare que ficará vinculado a obtenção. Esse valor será distribuído proporcionalmente às parcelas vindicas subsequentes da venda. **2.2. Arrendamentos: Parceria Agrícola IX:** Em 01 de junho de 2022 a Companhia celebrou o contrato de parceria agrícola com a fazenda Regalito para a exploração de uma área agricultável de 5.714 hectares. Localizada no município de São José do Xingu no estado de Mato Grosso a fazenda foi denominada como Parceria IX e tem vigência de contrato de 12 anos. **Parceria Agrícola X:** Em 11 de junho de 2022 a Companhia celebrou o contrato de parceria agrícola com a fazenda Nossa Senhora Aparecida para a exploração de uma área agricultável de 2.100 hectares. Localizada no município de São Félix do Araguaia no estado de Mato Grosso a fazenda foi denominada como Parceria X e tem vigência de contrato de 6 anos. O arrendador cederá a posse da fazenda até agosto de 2022, após concluir a colheita da safra e retirada de todos os maquinários. **2.3. Outros aspectos de performance:** Uma parte da receita da Companhia é originada das vendas de commodities feita para clientes locais, no contexto de um mercado global que depende de uma extensa cadeia de logística e suprimentos, incluindo portos, centros de distribuição e fornecedores. Dado cenário geopolítico com impactos relevantes da guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em 24 de fevereiro de 2022, a Companhia adotou algumas medidas em relação a compra de insumos para a safra de 2022/2023, são elas: • Aquisição 65% de fertilizantes, dos quais 70% já foram entregues; • Aquisição 100% de insumos químicos; • Monitoramento diário entre preço de commodities e fertilizantes. O restante dos insumos será negociado em momentos oportunos, sendo que os preços dos fertilizantes comecem a ter uma queda após atingir picos históricos com as importações e alcançar os mesmos patamares do último exercício. A expectativa é que o aumento dos preços dos insumos, seja compensado pela alta dos preços das commodities para capturar margens acima da média histórica. Em relação ao seu negócio, fator que merece destaque é a forte demanda por exportações, favorecidas pela valorização do dólar. Em relação à cadeia logística, cabe salientar que não foram verificadas rupturas relevantes nas operações e logística de exportação, bem como nas operações de recebimento de insumos, os quais já estão em grande parte adquiridos. A respeito dos compromissos de venda para clientes, a Companhia não identificou alterações relevantes em sua composição, visto que sua origem reside em uma forte correlação com a forma como as negociações são realizadas e os *players* escolhidos como parceiros comerciais, não tendo sido identificados, até o momento, questões relacionadas a estes compromissos. A liquidez de curto e longo prazo estão preservadas e, mesmo eventuais alterações em embarques e recebimentos, estão dimensionados para que não afetem de forma relevante a posição financeira da Companhia. A BrasilAgro não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando. **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*IFRS*"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("*International Accounting Standards Board*" – "*IASB*"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("*BR GAAP*"), que compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("*CPC*") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("*CMVM*"). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 30 de junho de 2022 foram elaboradas pela Diretoria, analisadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de setembro de 2022 e autorizam a sua divulgação. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 4. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras, tais como volume de vendas, área total plantada e arrendada, número de fazendas e meio ambiente, não foram examinados pelos auditores independentes. **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, em 30 de junho de 2022 e 2021. Abaixo é apresentado o percentual de participação da Companhia nas demais empresas que compõe o grupo.

Controladas (%)	País	30/06/22	30/06/21
Imobiliária Jaborandi Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Cremaq Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Engenho Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Araucária Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Mogno Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Cajueiro Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Ceibo Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Flamboyant Ltda.	Brasil	100	100
Agrifirma Agro Ltda.	Brasil	100	100
Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda.(i)	Brasil	100	100
I.A. Agro Ltda. (i)	Brasil	100	100
GL Empreendimentos e Participações Ltda.(ii)	Brasil	-	100
Avante Comercializadora S.A.	Brasil	-	100
Palmeiras S.A.	Paraguai	100	100
Agropecuária Moroti S.A.	Paraguai	100	100
Agropecuária Acres Del Sud S.A.	Bolívia	100	100
Ombú Agropecuária S.A.	Bolívia	100	100
Yuchán Agropecuaria S.A.	Bolívia	100	100
Yatay Agropecuaria S.A.	Bolívia	100	100

(i) Subsidiária da Agrifirma Agro (controle indireto).

(ii) Empresa incorporada em 02 de maio de 2022 pela subsidiária indireta Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda., vide nota explicativa 12.b.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Adiantamento de clientes		6.454	5.506	2.820	(4.958)		6.454	5.506	2.820	(4.958)
Arrendamentos a pagar		(61.194)	(27.906)	(34.877)	(25.464)		(61.194)	(27.906)	(34.877)	(25.464)
Outras obrigações		(7.792)	(4.122)	(5.667)	(657)		(7.792)	(4.122)	(5.667)	(657)
Pagamentos de demandas judiciais	28	(178)	(828)	(347)	(1.444)		(178)	(828)	(347)	(1.444)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(66.947)	(42.979)	233.885	179.481		(66.947)	(42.979)	233.885	179.481
Imposto de renda e contribuição social pagos		(358)	(415)	(28.707)	(28.249)		(358)	(415)	(28.707)	(28.249)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(67.305)	(43.394)	205.178	151.232		(67.305)	(43.394)	205.178	151.232
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO										
Adições ao imobilizado e intangível		(22.750)	(10.770)	(50.843)	(18.712)		(22.750)	(10.770)	(50.843)	(18.712)
Adições às propriedades para investimento	11	-	(36.540)	-	(55.192)		-	(36.540)	-	(55.192)
Aplicação/Resgate em aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, líquido		(42.060)	6.323	(36.892)	2.782		(42.060)	6.323	(36.892)	2.782
Dividendos recebidos		200.287	77.148	-	-		200.287	77.148	-	-
Aumento de investimento e participações	12.a	(12.054)	(38.167)	(1.994)	-		(12.054)	(38.167)	(1.994)	-
Aquisição de entidades sob controle comum		-	(165.764)	-	(164.247)		-	(165.764)	-	(164.247)
Outros fluxos de caixa de investimentos, líquido		-	-	-	21.360		-	-	-	21.360
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		123.423	(167.770)	(89.729)	(214.009)		123.423	(167.770)	(89.729)	(214.009)
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO										
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	17	5.000	444.754	60.436	488.190		5.000	444.754	60.436	488.190
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(34.822)	(10.229)	(41.697)	(16.491)		(34.822)	(10.229)	(41.697)	(16.491)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(239.892)	(265.922)	(296.555)	(345.830)		(239.892)	(265.922)	(296.555)	(345.830)
Dividendos pagos		(459.984)	(42.000)	(459.984)	(42.000)		(459.984)	(42.000)	(459.984)	(42.000)
Aumento de capital		-	870.988	-	870.988		-	870.988	-	870.988
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(729.698)	997.591	(737.800)	954.857		(729.698)	997.591	(737.800)	954.857
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(673.580)	786.427	(622.351)	892.080		(673.580)	786.427	(622.351)	892.080
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.1	867.137	83.713	1.059.107	171.045		867.137	83.713	1.059.107	171.045
Efeito da variação cambial nas disponibilidades		(928)	(3.003)	(1.263)	(4.018)		(928)	(3.003)	(1.263)	(4.018)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.1	192.629	867.137	435.493	1.059.107		192.629	867.137	435.493	1.059.107

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

continua...

...continuação

BRASILAGRO COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de *commodities*, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de *commodities*, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. A Companhia não designou nenhum derivativo para *hedge accounting*. Quaisquer ganhos e perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultado (Nota explicativa 26). O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota explicativa 7.3.7. **Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e fazendas no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber não relacionadas à venda de fazendas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a mensuração de perda de crédito esperada, se necessária. Contas a receber de clientes relacionadas à venda de fazendas, para as quais, o valor a receber é contratualmente determinado em quantidades de sacas de sojas, equivalente a uma quantia em reais inicialmente classificadas como ativos financeiros e mensuradas a valor justo por meio de resultado. Nesses casos o valor das contas a receber é posteriormente remensurado em cada data de balanço, aplicando a quantidade de sacas de soja à cotação da soja para entrega futura na data de vencimento de cada parcela (ou com base em estimativas e cotações de corretores quando não há cotação da soja para entrega futura em uma data específica de vencimento) e multiplicando o valor resultante em dólares pela taxa de câmbio de USD para R\$ para entrega futura também na mesma data de vencimento (considerando-se que as cotações futuras de soja são denominadas em dólares) e o montante em reais resultante é mensurado a valor justo mediante ao cálculo de fluxo de caixa descontado. O ganho (perda) na remensuração dos recebíveis é reconhecido no resultado financeiro em "Receita/Despesa na atualização dos recebíveis de fazenda" (Nota explicativa 26). **3.8. Estoques:** Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidos do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques. Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, almoxarifado e materiais diversos foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Conforme práticas adotadas pela Companhia, quando da identificação de perda de qualidade dos produtos que comprometam sua venda (sejam estas perdas motivadas por armazenamento, carregamento, transporte e outros eventos relacionados a operação) é feita uma apuração e segregação física da quantidade destes produtos. Neste momento é iniciado um processo interno de registro, aprovação, baixa do estoque e destinação desta quantidade por meio de aprovações dos gestores responsáveis devidamente formalizados no sistema de gestão da Companhia. A provisão/reversão para ajuste de estoque ao valor líquido de realização dos produtos agrícolas é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ou inferior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-los. O ajuste ao valor realizável é reconhecido na demonstração do resultado do exercício a que se refere, na rubrica movimentação de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas após a colheita. **3.9. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de soja, milho, feijão, algodão, cana-de-açúcar e gado (ou criação de gado). Os mesmos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda. **Atividade Agrícola:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em cada data de balanço. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com o plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, sendo registrado no resultado do exercício na rubrica "Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas." Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproximam do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando apenas uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material. Os ativos biológicos continuam registrados pelo seu valor justo. As lavouras de cana-de-açúcar possuem ciclo produtivo médio de cinco anos, sendo que, para que um novo ciclo se inicie depende da finalização de seu ciclo precedente. Deste modo, o ciclo atual é classificado como ativo biológico no curto prazo, e o valor de constituição da sua soqueira (portadora dos demais ciclos) são classificadas como cultura permanente no imobilizado. A metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico "cana" foi o fluxo de caixa descontado a uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto projeta-se os fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada corte, levando-se em consideração a vida útil estimada de cada área, os preços do Açúcar Total Recuperável (ATR), as produtividades estimadas e os correspondentes custos estimados de produção, inclusive o custo da terra e os custos relacionados à colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado. As lavouras de soja, milho, algodão e feijão são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período que varia de 90 a 240 dias após a data do plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. A metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico dos grãos foi o fluxo de caixa descontado a uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto, projeta-se os fluxos de caixa futuros levando-se em consideração a produtividade estimada, os custos a serem realizados com base no orçamento da Companhia ou com base em novas estimativas internas e os preços de mercado. Esses preços, para as *commodities* que apresentam mercados futuros, foram obtidos a partir das cotações das seguintes bolsas de negociação: *Chicago Board of Trade (CBOT)*, Brasil, Balcão (B3), *New York Board of Trade (NYBOT)*. Para os produtos agrícolas que não apresentam esse tipo de mercado, utilizamos os preços obtidos por meio de pesquisas diretas de mercado ou divulgados por empresas especializadas, a partir dos preços de mercado realizamos os descontos logísticos e tributários correspondentes a fim de encontrar os preços de cada um desses produtos em cada unidade de produção da Companhia. Conforme citado acima, o valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial foi determinado utilizando técnicas de avaliação - método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, preço, produtividade e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos ativos biológicos. **Atividade Pecuária:** Em 2016, a Companhia iniciou a atividade pecuária, que consiste tipicamente em um projeto de produção e venda de bezerras de corte após o desmame, caracterizando-se como atividade de cria, entretanto no Paraguai a atividade principal é engorda. Para fins de segregação, quando aplicável, classificamos o rebanho bovino em: gado consumível (considerado como circulante), que é aquele passível de ser vendido como ativo biológico para produção de carne, e gado para produção (considerado não circulante), que é utilizado na condução das operações da fazenda com a finalidade de contribuir para a geração de outros ativos biológicos. Na data de fechamento destas demonstrações financeiras, a Companhia possuía gado para produção de carne cria e recria; bezerras, novilhas, novilhas prenhas, vacas prenhas, vacas cria, bezeros, novilhos e touros. O valor justo do gado é calculado através do valor de mercado, em virtude da existência de mercado ativo. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre (Nota explicativa 10). A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado na região da Bahia e *Boqueron* (Paraguai), considerado o mercado principal, e através das métricas utilizadas no mercado. Dessa forma, tanto para o gado consumível, quando aplicável, quanto para o gado para produção, a mensuração é baseada na arroba e faixa etária dos animais. **3.10. Propriedades para investimento:** A estratégia de negócios da Companhia tem como pilar fundamental aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. A Companhia adquire propriedades rurais que acredita ter significativo potencial de geração de valor por meio da manutenção do ativo e do desenvolvimento de atividades de agronegócios rentáveis. A partir da aquisição das propriedades rurais, a Companhia busca implementar culturas de maior valor agregado e transformar essas propriedades rurais com investimentos em infraestrutura e tecnologia, além de celebrar contratos de arrendamentos com terceiros. De acordo com a estratégia, quando julga que as propriedades rurais atingiram um valor rentável, vende tais propriedades rurais para realizar ganhos de capital. As terras de imóveis rurais compradas pela Companhia são registradas ao custo de aquisição, que não supera seu valor líquido de realização, e estão sendo apresentadas no ativo não circulante. O valor justo de cada propriedade está divulgado na Nota explicativa 11. Edifícios, benfeitorias e aberturas de áreas em propriedades para investimento são avaliados pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada de acordo com os mesmos critérios descritos para o ativo imobilizado na Nota explicativa 3.11. **3.11. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item flua para a Companhia e que o custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros custos de reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada por especialistas do grupo, cujas taxas anuais de depreciação estão descritas a seguir:

Taxa anual de depreciação %	2022	2021
Edifícios e benfeitorias	3	3
Equipamentos e instalações	7	7
Veículos e máquinas agrícolas	7	7
Móveis e Utensílios	10	10
Aberturas de áreas	5	5
Culturas permanentes	20	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais" na demonstração do resultado. **3.12. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são compostos por licença de software e amortizados durante sua vida útil estimada de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **3.13. Impairment de ativos não financeiros:** De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) – Redução ao Valor recuperável de ativos, incluindo propriedades para investimento, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 30 de junho de 2022 e 2021 não foram identificados indicadores de *impairment* sobre esses ativos. **3.14. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **3.15. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos sobre empréstimos são reconhecidos na demonstração do resultado no grupo de "empréstimos e financiamentos". As taxas pagas na obtenção de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação na medida em que seja provável que uma parte ou toda a linha seja utilizada. Nesse caso, as taxas são diferidas até que o desembolso ocorra. Quando houver evidências da probabilidade de desembolso de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 1 ano ou mais após a data do balanço. **3.16. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os passivos contingentes decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, contratuais, operacionais e de pleitos administrativos e judiciais, são provisionados pelo seu valor estimado quando a probabilidade de perda é considerada provável (Nota explicativa 4.a). **3.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real anual, exceto para a atividade rural que é de até 100% do lucro real anual. Não há prazo de prescrição para o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária no Brasil, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais respectivamente, no qual não se aplica imposto diferido. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda diferido é reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças tributárias temporárias, enquanto o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável que exista lucro tributável contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente na mesma conta. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social (Nota explicativa 18). **3.18. Benefícios a empregados: a) Remuneração com base em ações:** A Companhia possui planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido da Companhia. O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas

com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços. Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação. Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma. **b) Participação nos lucros:** A Companhia oferece aos colaboradores um programa de participação nos resultados, nos termos do qual todos os colaboradores têm o direito de receber bônus anuais com base nos resultados financeiros e operacionais consolidados da Companhia e sobre os objetivos pessoais definidos para cada colaborador individualmente. **3.19. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. **3.20. Receita de contratos com clientes:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável, bem como das eliminações das vendas entre subsidiárias da Companhia. A Companhia aplica o modelo do CPC 47/IFRS 15 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação de preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. **a) Venda de produtos:** A receita por venda de grãos e por venda de cana-de-açúcar é reconhecida quando a Companhia cumpre com suas obrigações de desempenho previstas nos contratos com seus clientes, geralmente quando os produtos são entregues ao comprador no local determinado, conforme os termos de venda acordados. No caso dos grãos, a Companhia geralmente realiza contratos de venda para entrega futura que determinam que o preço pode ser fixado pela Companhia, para o volume total ou parcial vendido, até o momento da entrega, de acordo com fórmulas estabelecidas contratualmente. Em certos casos, a fórmula estabelecida contratualmente determina um preço fixado em dólares americanos. O valor em reais é determinado, também contratualmente, com base na taxa de câmbio vigente alguns dias antes da data de liquidação financeira. O preço também pode ser ajustado por outros fatores tais como umidade e outras características técnicas dos grãos. Quanto à venda de cana-de-açúcar, a Companhia geralmente realiza contratos de venda para entrega futura, os dados como volume e ATR mínimo são pré-fixados. A precificação da cana- de-açúcar leva em consideração a quantidade de ATR por tonelada de cana entregue, e o valor do ATR, divulgado mensalmente pelo Consecana. Quando os grãos são entregues, a receita é reconhecida com base no preço fixado com cada comprador considerando a taxa de câmbio em vigor na data da entrega. Após a entrega dos grãos ao destinatário, avalia-se a qualidade e o peso final, determinando assim o preço final da operação, e ajustando-se os valores contratuais por tais fatores assim como pela variação na taxa de câmbio até a data da liquidação. **b) Receita com venda de fazendas:** Vendas de fazendas não são reconhecidas no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável, (iii) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável, e (iv) a Companhia tenha transferido ao comprador o controle que coincide com a transferência de posse. O valor do resultado com venda da fazenda é apresentado na demonstração do resultado como "Ganho com venda de fazenda" pela diferença entre o valor da contraprestação pela venda e o valor contábil da fazenda vendida. **c) Receita de pecuária:** A receita de pecuária por venda de gado é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gado são transferidos para o comprador, geralmente quando os animais são entregues ao comprador no local determinado, conforme os termos de venda acordados. Quanto à venda de gado, a operação da empresa no Brasil consiste tipicamente em um projeto de produção e venda de bezerras de corte após o desmame (denominado recria), contudo, alguns animais que se mostrarem incapazes de procriar podem ser vendidos a frigoríficos para abate, já na operação no Paraguai o projeto consiste na engorda e venda desses animais para abate. A precificação das vendas para recria é feita através do preço da arroba do boi gordo para a praça em questão (valor da arroba essa verificada na data da transação), pelo peso do animal, mais ágio referente à categoria. Já as vendas para abate nas operações do Brasil e Paraguai levam em consideração a arroba do boi gordo ou novilha/vaca na data da venda, para a praça em questão, aplicada sobre o rendimento da carcaça. **3.21. Receitas e despesas financeiras:** Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber de fazendas, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, ganhos e perdas pela mensuração ao valor justo de derivativos e contas a receber pela venda de fazendas, assim como descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas. **3.22. Arrendamentos:** A Companhia tem efetuado arrendamentos de terras e parcerias agrícolas, não obstante disso a Companhia também tem efetuado contratos de prestação de serviços, como tomadora do serviço. Desta forma, a Companhia avalia, na data de início de todos seus contratos pactuados, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Companhia como arrendador:** Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **3.23. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é identificado na demonstração das mutações do patrimônio líquido e somente é transferido para o passivo circulante na data em que são aprovados em Assembleia Geral, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio, quando é distribuído é reconhecido na demonstração de resultado. **3.24. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo. A taxa utilizada de desconto varia de acordo com as características do ativo ou passivo em questão. Ou seja, ela dependerá do risco, prazo, especificidade do referido item. Tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia, líquidas do efeito inflacionário. **3.25. Resultado por ação básico e diluído:** O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em aberto durante o exercício. O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações em circulação é adicionado o número de ações adicionais que estaria em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e bônus de subscrição tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações. **3.26. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo CPC. Os juros pagos e os dividendos recebidos são classificados como fluxo de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimentos, respectivamente, pois são custos de obtenção de recursos financeiros e retorno sobre os investimentos, e não são considerados atividades operacionais para a Companhia. **3.27. Obrigação não financeira:** Na ausência de Pronunciamento, interpretação ou Orientação que seja aplicável à situação específica de obrigações de entregar quantidades fixas de soja como contraprestação da compra de propriedade para investimento pelo IAS 40, a Administração exerceu seu julgamento para resultar em informação que seja: • relevante para tomada de decisão econômica por parte dos usuários; e • confiável, de tal modo que as demonstrações contábeis: (i) representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade; (ii) reflitam a essência econômica de transações, outros eventos e condições e, não, meramente a forma legal; (iii) sejam prudentes; e (iv) sejam completas em todos os aspectos materiais. A BrasilAgro entende que quando o custo de aquisição de propriedades para investimento sujeitas ao IAS 40 inclui a obrigação de entregar produtos agrícolas em datas futura essa obrigação é medida inicialmente pelo seu valor justo na data do reconhecimento da propriedade. A Companhia adota o critério de remensurar a obrigação de entrega de produtos agrícolas para a compra de propriedades ao seu valor justo na data de cada balanço registrado no passivo contra resultado. O ganho (perda) na remensuração dessa obrigação é reconhecida no resultado financeiro. **3.28. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo na contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. **3.29. Ativos não circulantes mantidos para venda:** A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. **3.30. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (Ativos biológicos) ao valor justo em cada data de fechamento. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o ativo ocorrerá: • No mercado principal; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o mercado em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgados nas demonstrações

continua...



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

BRASILAGRO COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

continuacao

financeiras são categorizadas dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir: • Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração de valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. **3.31. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como no período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **a) Demandas judiciais:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 28. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos externos. A administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **b) Ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial (Nota explicativa 10) foi determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e/ou cotação no mercado ativo, quando aplicável. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo, considerando a subjetividade de algumas premissas que compõe o cálculo de valor para este tipo de ativo. O julgamento inclui considerações sobre os dados como, por exemplo, preço, produtividade, custo de plantio e custo de produção. Em relação ao gado, a Companhia valoriza o seu plantel pelo seu valor justo com base em preços de mercado para a região. **c) Contraprestação variável:** Para as vendas que possuem a obrigação de medição oficial ao longo ou no fim do contrato, a Companhia adota o conceito de contraprestação variável, previsto no CPC 47/IFRS 15 – Receita, e não reconhece 2,3% da venda até o momento da medição. Esse percentual, calculado com base no maior desvio histórico acrescido de margem de segurança, representa o risco de reversão proporcional no reconhecimento da venda, caso haja diferença entre a área negociada e a área entregue. A parcela não reconhecida da receita (2,3%) deverá ser contabilizada ao fim do processo. **d) Propriedades para investimentos:** O valor justo das propriedades para investimento divulgados em notas explicativas das demonstrações financeiras foi obtido através da avaliação das fazendas, elaborado pelos especialistas da Companhia. A avaliação foi efetuada por meio de normas praticadas pelo mercado considerando a caracterização, localização, tipo de solo, clima da região, cálculo das benfeitorias, apresentação dos elementos e cálculo de valores de terrenos, que podem sofrer variações relacionadas a essas variáveis. *Metodologia utilizada:* Em 30 de junho de 2022, foi realizada a avaliação das propriedades para investimentos, onde foi aplicada a metodologia de análise comparativa ajustada pelas suas respectivas características: i) O trabalho de avaliação utilizou como base, entre outras, as seguintes informações: (i) localização das fazendas, (ii) área total e seus respectivos percentuais de abertura e utilização; ii) O valor de mercado apresentado para a fazenda corresponde à parcela de terra nua, para pagamento à vista, não incluindo máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, culturas. O fator de correção do solo (preparação da terra para plantio) foi considerado na ponderação dos preços; iii) O valor das terras destinadas à agricultura, na região pesquiada, tem como referência o preço da saca de soja para as unidades brasileiras, e em Dólar por hectare para as unidades no Paraguai e Bolívia. Os valores unitários das fazendas à venda (pesquisas de mercado) foram obtidos em sacas de soja por hectare ou USD por hectare. Sendo assim, o valor em reais (R\$) da propriedade varia diretamente em razão da variação do preço da soja e variação do Dólar; e iv) O preço da soja considerado na data-base do trabalho, 30 de junho de 2022, foi de R\$ 168,96 (Região de Barreiras – BA), R\$ 170,34 (Região de Balsas – MA), R\$ 170,76 (Região de Rondonópolis – MT), R\$ 171,66 (Região de Uruçuí – PI), R\$ 168,66 (Região de Mineiros – GO) e R\$ 170,76 (Região de Unaí – MG) e em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 137,40 (Região de Barreiras – BA), R\$ 159,20 (Região de Balsas – MA), R\$ 150,00 (Região de Rondonópolis – MT), R\$ 145,10 (Região de Uruçuí – PI), R\$ 150,00 (Região de Mineiros – GO) e R\$ 148,70 (Região de Unaí – MG) e o Dólar de fechamento para o mesmo período foi de R\$/USD 5,36 (R\$/USD 5,00 em 30 de junho de 2021). Este valor representa uma média entre valores arbitrados pelo mercado imobiliário da região em razão da grande instabilidade do valor da saca da soja. **e) Imposto de renda diferido:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, conforme descrito na Nota explicativa 18, com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica elaborado pela Companhia. **f) Arrendamentos:** A Companhia analisa seus contratos de acordo com os requisitos da IFRS 16/CPC 06 (R2) e reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento para as operações de arrendamento as quais os contratos se enquadram no escopo da norma. A Administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e alugueis, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto as quais se apresentam dentro de um intervalo de 6,56% a 16,52% (4,80% a 10,92% em 30 de junho de 2021). Nos casos em que os pagamentos são indexados a saca de soja, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data base da adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06, e ajustados ao preço corrente no momento do pagamento. Já para os pagamentos indexados ao Consecana, os pagamentos são fixados em toneladas de cana e convertidos para moeda nacional através do Consecana vigente à época. Os pagamentos efetuados em produtos (sacas de soja) são reconhecidos na demonstração de fluxo no grupo operacional. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Fatores de risco financeiro:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo principalmente caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e créditos diversos, transações entre partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores, contas a pagar pela compra de fazendas, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos. Determinadas operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, taxas de juros e de variações de preços das *commodities* agrícolas. Em função disso, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos utilizados como proteção de safra ou componentes de balanço, dependendo da natureza da operação. Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **5.2. Políticas aprovadas pelo Conselho de Administração para a utilização de instrumentos financeiros, incluindo derivativos:** A Companhia possui as seguintes políticas que orientam suas operações em relação aos instrumentos financeiros, as quais estão aprovadas pelo Conselho de Administração: (i) política de investimento que orienta as aplicações do caixa da Companhia, observando riscos das contrapartes, dos instrumentos de crédito e de liquidez, entre outros; (ii) política de instrumentos financeiros derivativos que orienta a administração das exposições da Companhia aos riscos de moedas, taxas de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas, sempre relacionando os instrumentos financeiros derivativos a um ativo ou passivo gerador da exposição; e (iii) política de risco, que contempla itens não endereçados na política de investimento ou na política de instrumentos financeiros derivativos ou ainda relacionado à proteção do fluxo de caixa futuro tais como comercialização da produção futura de *commodities*. a) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e créditos diversos, empréstimos com partes relacionadas e contas a pagar. Os valores contabilizados aproximam-se do valor justo estimado. b) Empréstimos e financiamentos. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas fixas ou atreladas à variação do IPCA e CDI e aproxima-se do valor justo. A Diretoria-Executiva reporta as operações contratadas nas reuniões do Conselho de Administração. **5.3. Análise de exposição a riscos de ativos e passivos financeiros: a) Riscos com taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais aplicados de ativos ou aumentam os valores devidos de passivos. Esse risco também decorre dos compromissos de venda de produtos existentes em estoque ou ainda em formação com preços a serem fixados, preços esses que variam dependendo da taxa de câmbio. **b) Riscos com taxa de juros e índices:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou índices que aumentem as despesas financeiras relativas aos contratos de aquisições de terras, indexados pelo IPCA. **c) Riscos com commodities:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido à oscilação nos preços de mercado dos produtos agrícolas. A Companhia avalia a sua exposição dos riscos acima e com o objetivo de mitigá-los efetua a contratação de instrumentos financeiros com base na avaliação criteriosa da tesouraria e comercial. **5.4. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos e de utilização de instrumentos derivativos:** A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade da Diretoria-Executiva, a qual avalia a exposição aos riscos de taxa de câmbio, taxa de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas existentes nos ativos, passivos e operações previstas da Companhia. Perante a exposição a tais riscos, a Administração da Companhia avalia a conveniência, custo e disponibilidade no mercado de instrumentos financeiros derivativos que permitam reduzir a exposição a tais riscos. Efetuada tal avaliação, a contratação de instrumentos financeiros derivativos é decidida pela Diretoria dentro dos parâmetros previamente aprovados nas políticas antes referidas e reportada ao Conselho de Administração em suas reuniões. **5.5. Riscos associados a cada estratégia de atuação:** O uso de instrumentos derivativos tem como objetivo reduzir os riscos de alterações nos fluxos de caixa decorrentes das variações cambiais, riscos de taxas de juros, de índices de preços e variações do preço das *commodities* agrícolas. Entretanto, a mudança no valor justo do instrumento financeiro derivativo pode ser diferente da mudança nos fluxos de caixa ou no valor justo dos ativos, passivos ou transações previstas que estão sendo cobertas, como resultado de diferentes fatores, tais como, entre outros, as diferenças entre as datas de contratação, as datas de vencimento e liquidação, ou diferenças de *spreads* sobre os ativos e passivos financeiros a serem cobertos e os *spreads* correspondentes às diferenças entre as datas das operações de *swap*. No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativos para cobrir ativos e passivos reconhecidos, a administração acredita que os instrumentos financeiros derivativos apresentam elevado grau de proteção no que diz respeito à evolução dos ativos e passivos cobertos. No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativos para cobrir vendas previstas de soja ou para cobrir contas a pagar/receber, que tem seu valor sujeito a mudanças com base em *commodities*, pode haver diferenças decorrentes de fatores adicionais, tais como as diferenças entre o volume de soja estimado e real a ser colhido, ou diferenças entre o preço cotado de soja nos mercados internacionais, onde os instrumentos financeiros derivativos são cotados, e o preço da soja nos mercados em que a soja é fisicamente entregue/recebida pela Companhia. Se o volume de soja colhido efetivamente for inferior ao montante para o qual foram contratados instrumentos financeiros, a Companhia estará exposta negativamente a variações positivas no preço das *commodities* pelo volume coberto em excesso e vice-versa, se o volume de soja colhido efetivamente for maior do que o volume coberto. No caso da exposição a taxa de câmbio, existe o risco de o volume vendido de dólares por meio de contratos futuros ou *forward* se tornar superior ao volume que a Companhia está exposta. Nesse caso, o risco cambial continua existindo na mesma proporção do descasamento, o qual pode ser gerado por uma redução na produtividade

esperada de determinada *commodity* ou redução dos preços em moeda estrangeira. **5.6. Controles sobre utilização de instrumentos derivativos:** Além disso, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com relação à contraparte do instrumento financeiro derivativo. A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos, cotados em bolsas de valores ou de instituições financeiras de primeira linha ou empresas de *trading*. A Companhia entende que na data do balanço não há indicações de risco de cobrança no que diz respeito aos montantes reconhecidos como ativos em relação aos instrumentos financeiros derivativos. Os principais controles estabelecidos sobre a utilização de instrumentos derivativos são: • Existência de políticas definidas pelo Conselho de Administração; • Restrição da contratação de operações com derivativos que não seja definida pela Diretoria- Executiva; • Manutenção de um inventário centralizado de contratos derivativos em aberto de responsabilidade da Diretoria; • Reportes semanais de um relatório de riscos e reuniões quinzenais realizadas entre a Diretoria e o comitê de riscos que avaliam a posição consolidada da Companhia. • Monitoramento mensal pela Diretoria-Executiva dos valores justos reportados pelas contrapartes e os valores estimados pela administração; • O valor justo dos derivativos contratados é obtido de acordo com o mercado onde os mesmos foram contratados e também onde os instrumentos encontram-se inseridos. **5.7. Impacto dos instrumentos derivativos no resultado:** Os ganhos e perdas por mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na demonstração de resultados separadamente entre os resultados realizados (correspondentes aos instrumentos financeiros derivativos que já foram liquidados) e os resultados não realizados (correspondentes aos instrumentos financeiros derivativos ainda não liquidados).

5.8. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos derivativos cotados em bolsas organizadas (B3 e *Chicago Board of Trade*) são determinados com base nas cotações vigentes na data do balanço. Para estimar o valor justo de derivativos não negociados em bolsas organizadas são utilizadas cotações de instrumentos similares ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro e metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor justo estimado. Metodologias específicas utilizadas para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia: • Instrumentos financeiros derivativos de *commodities* agrícolas - o valor justo é obtido por meio de várias fontes de mercado, incluindo cotações fornecidas por corretoras internacionais, bancos internacionais e disponíveis na Bolsa de Chicago (*CBOT*). • Instrumentos financeiros derivativos de moedas estrangeiras - o valor justo é determinado com base nas informações obtidas de fontes de mercado diversas, incluindo, conforme o caso, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, os bancos locais, além de informações enviadas pela contraparte. **a) Análise de sensibilidade:** A Administração identificou para cada tipo de instrumento financeiro derivativo a situação de variação nas taxas de câmbio, taxa de juros ou preços de *commodities* que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido ou, no caso de instrumentos derivativos relacionados com operações previstas não contabilizadas no balanço, no valor justo dos instrumentos derivativos contratados. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração. Essa análise contempla a realização de 5 distintos cenários que diferem entre si pela intensidade de variação em relação ao mercado atual. Em 30 de junho de 2022, foram considerados como referência para os cenários provável para os próximos 12 meses, I, II, III e IV uma variação em relação ao mercado atual de 0%, -25%, -50%, +25%, +50%, respectivamente. Para a elaboração do Cenário Provável foram considerados os preços de mercado de cada um dos ativos de referência dos instrumentos de derivativos detidos pela Companhia na data de fechamento deste exercício. Como todos esses ativos estão inseridos em mercados competitivos e abertos, o preço de mercado atual é uma referência satisfatória para o preço esperado desses ativos. Dessa forma, como o preço de mercado atual foi a referência para o cálculo tanto do valor contábil dos derivativos como do Cenário Provável o resultado deste é o mesmo, pois foram utilizadas as taxas e preços de cada vencimento de operação. As premissas e cenários são como segue:

							30/06/2022	
Produto	Preço	Mercado	Vencimento	Cenário provável	Cenário I - (25%)	Cenário II - (50%)	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Soja	R\$/saca	CBOT	14/02/2023	167,84	125,88	83,92	209,80	251,76
Soja	R\$/saca	CBOT	24/02/2023	167,84	125,88	83,92	209,80	251,76
Soja	R\$/saca	CBOT	27/02/2023	167,84	125,88	83,92	209,80	251,76
Soja	R\$/saca	CBOT	28/02/2023	167,84	125,88	83,92	209,80	251,76
Soja	R\$/saca	CBOT	30/06/2023	166,88	125,16	83,44	208,60	250,32
Soja	R\$/saca	CBOT	28/04/2023	167,49	125,62	83,75	209,36	251,24
Algodão	R\$/lbs	CBOT	11/11/2022	171,19	128,39	85,60	213,99	256,79
Algodão	R\$/lbs	CBOT	16/11/2022	171,19	128,39	85,60	213,99	256,79
Algodão	R\$/lbs	CBOT	14/11/2023	143,34	107,51	71,67	179,18	215,01
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	15/09/2022	87,10	65,33	43,55	108,88	130,65
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	19/09/2022	87,10	65,33	43,55	108,88	130,65
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	15/03/2023	94,63	70,97	47,32	118,29	141,95
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	15/09/2023	86,96	65,22	43,48	108,70	130,44
Etanol	R\$/m³	CBOT	05/07/2022	3.080,00	2.310,00	1.540,00	3.850,00	4.620,00
Etanol	R\$/m³	CBOT	02/08/2022	2.900,00	2.175,00	1.450,00	3.625,00	4.350,00
Etanol	R\$/m³	CBOT	02/09/2022	2.880,00	2.160,00	1.440,00	3.600,00	4.320,00
Etanol	R\$/m³	CBOT	04/10/2022	2.875,00	2.156,25	1.437,50	3.593,75	4.312,50
Etanol	R\$/m³	CBOT	03/11/2022	2.925,00	2.193,75	1.462,50	3.656,25	4.387,50
Etanol	R\$/m³	CBOT	02/12/2022	3.015,00	2.261,25	1.507,50	3.768,75	4.522,50
Etanol	R\$/m³	CBOT	04/01/2023	3.120,00	2.340,00	1.560,00	3.900,00	4.680,00
Etanol	R\$/m³	CBOT	03/02/2023	3.200,00	2.400,00	1.600,00	4.000,00	4.800,00
Etanol	R\$/m³	CBOT	03/03/2023	3.200,00	2.400,00	1.600,00	4.000,00	4.800,00
Etanol	R\$/m³	CBOT	05/04/2023	3.150,00	2.362,50	1.575,00	3.937,50	4.725,00
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	05/07/2022	3.080,00	2.310,00	1.540,00	3.850,00	4.620,00
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	02/08/2022	2.900,00	2.175,00	1.450,00	3.625,00	4.350,00
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	02/09/2022	2.880,00	2.160,00	1.440,00	3.600,00	4.320,00
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	05/09/2022	2.880,00	2.160,00	1.440,00	3.600,00	4.320,00
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	04/10/2022	2.875,00	2.156,25	1.437,50	3.593,75	4.312,50
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	03/11/2022	2.925,00	2.193,75	1.462,50	3.656,25	4.387,50
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	02/12/2022	3.015,00	2.261,25	1.507,50	3.768,75	4.522,50
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	04/01/2023	3.120,00	2.340,00	1.560,00	3.900,00	4.680,00
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	31/01/2023	3.200,00	2.400,00	1.600,00	4.000,00	4.800,00
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	28/02/2023	3.200,00	2.400,00	1.600,00	4.000,00	4.800,00
Etanol	R\$/m³	Balcão/Bolsa	31/03/2023	3.150,00	2.362,50	1.575,00	3.937,50	4.725,00
Boi gordo	R\$/@	Balcão/Bolsa	31/10/2022	334,85	251,14	167,43	418,56	502,28
Dólar	-	-	26/07/2022	5,26	3,95	2,63	6,58	7,89
Dólar	-	-	28/07/2022	5,27	3,95	2,63	6,58	7,90
Dólar	-	-	31/10/2022	5,40	4,05	2,70	6,75	8,09
Dólar	-	-	23/11/2022	5,42	4,07	2,71	6,78	8,14
Dólar	-	-	30/01/2023	5,52	4,14	2,76	6,90	8,28
Dólar	-	-	31/05/2023	5,66	4,25	2,83	7,08	8,50
Dólar	-	-	30/06/2023	5,70	4,28	2,85	7,13	8,55
Dólar	-	-	31/07/2023	5,74	4,31	2,87	7,18	8,61
Dólar	-	-	30/11/2023	5,88	4,41	2,94	7,35	8,82
Juros	-	-	15/08/2023	13,70%	10,28%	6,85%	17,13%	20,55%
Juros	-	-	17/04/2028	12,74%	9,55%	6,37%	15,92%	19,11%

							30/06/2021	
Produto	Preço	Mercado	Vencimento	Cenário provável	Cenário I - (25%)	Cenário II - (50%)	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Soja	R\$/saca	CBOT	13/08/2021	157,71	118,28	78,86	197,14	236,57
Soja	R\$/saca	CBOT	22/10/2021	154,29	115,72	77,15	192,86	231,44
Soja	R\$/saca	CBOT	26/10/2021	150,37	112,78	75,19	187,96	225,56
Soja	R\$/saca	CBOT	12/11/2021	154,29	115,72	77,15	192,86	231,44
Soja	R\$/saca	CBOT	27/12/2021	154,37	115,78	77,19	192,96	231,56
Soja	R\$/saca	CBOT	18/02/2022	151,39	113,54	75,70	189,24	227,09
Soja	R\$/saca	CBOT	24/06/2022	150,37	112,78	75,19	187,96	225,56
Soja	R\$/saca	CBOT	28/06/2022	150,37	112,78	75,19	187,96	225,56
Algodão	R\$/@	CBOT	12/11/2021	140,44	105,33	70,22	175,55	210,66
Algodão	R\$/@	CBOT	08/12/2021	140,44	105,33	70,22	175,55	210,66
Algodão	R\$/@	CBOT	16/11/2022	128,65	96,49	64,33	160,81	192,98
Milho	R\$/saca	CBOT	27/08/2021	70,81	53,11	35,41	88,51	106,22
Milho	R\$/saca	CBOT	31/08/2021	70,81	53,11	35,41	88,51	106,22
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	15/09/2021	91,50	68,63	45,		

...continuação

BRASILAGRO COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

(*) taxas médias anuais	Risco	Consolidado		Cenário I - Provável	Cenário I - Possível		Cenário II - Remoto		Cenário I - Possível		Cenário II - Remoto			
		Em 30 de junho de 2022			Saldo (R\$)	Taxa	Queda	-25%	Queda	-50%	Aumento	25%	Aumento	50%
		Saldo (R\$)	Notional/Posição											
Total Caixa e equivalentes de caixa		535.742	4.637	(4.991)	(23.677)	(47.313)	23.900	4,28	47.801	2,85	(23.900)	7,13	(47.801)	8,56
Financiamento no Paraguai	USD	(16.760)	(3.200)	5,24	(7.799)	5,70	23.900	4,28	47.801	2,85	(23.900)	7,13	(47.801)	8,56
Financiamentos na Bolívia	USD	(10.840)	(2.069)	5,24	(5.044)	5,70	15.458	4,28	30.912	2,85	(15.458)	7,13	(30.912)	8,56
Debêntures	CDI	(336.389)	-	13,15%	(2.119)	13,78%	11.605	10,34%	23.177	6,89%	(11.605)	17,23%	(23.177)	20,67%
Total Financiamentos (b)		(363.989)	(5.269)		(14.962)		50.963		101.890		(50.963)		(101.890)	
Araucária V	Sacas de Soja	27.917	201.600	155,57	-	155,57	(6.979)	116,68	(13.959)	77,78	6.979	194,46	13.959	233,35
Jatobá II	Sacas de Soja	147.852	1.047.598	173,37	-	173,37	(36.963)	130,03	(73.926)	86,69	36.963	216,72	73.926	260,06
Jatobá III	Sacas de Soja	56.332	24.259	173,37	-	173,37	(14.083)	130,03	(28.166)	86,69	14.083	216,72	28.166	260,06
Jatobá IV	Sacas de Soja	14.243	108.000	168,85	-	168,85	(3.561)	126,64	(7.122)	84,42	3.561	211,06	7.122	253,27
Jatobá V	Sacas de Soja	40.597	300.000	174,98	-	174,98	(10.149)	131,23	(20.299)	87,49	10.149	218,72	20.299	262,46
Jatobá VI	Sacas de Soja	39.439	108.000	168,85	-	168,85	(9.860)	126,64	(19.720)	84,42	9.860	211,06	19.720	253,27
Alto Taquari II	Sacas de Soja	2.174	14.726	164,90	-	164,90	(544)	123,68	(1.087)	82,45	544	206,13	1.087	247,36
Alto Taquari III	Sacas de Soja	10.735	79.478	166,17	-	166,17	(2.684)	124,63	(5.368)	83,09	2.684	207,71	5.368	249,26
Alto Taquari IV	Sacas de Soja	137.261	1.110.703	167,62	-	167,62	(34.315)	125,72	(68.631)	83,81	34.315	209,53	68.631	251,43
Rio do Meio I	Sacas de Soja	73.619	586.165	181,88	-	181,88	(18.405)	136,41	(36.810)	90,94	18.405	227,35	36.810	272,81
Total Recebíveis de fazenda (b)		550.169	3.580.529		-		(137.543)		(275.088)		137.543		275.088	
Operações com derivativos	Grãos (scs)	(10.683)	(2.176.933)	(a)	(10.684)	(a)	141.369	(a)	62.346	(a)	(88.995)	(a)	(167.423)	(a)
Operações com derivativos	USD	1.281	(40.550)	(a)	1.282	(a)	175.704	(a)	78.123	(a)	(102.081)	(a)	(203.858)	(a)
Operações com derivativos	Gado (@)	-	(27.720)	(a)	-	(a)	4.988	(a)	2.530	(a)	(2.387)	(a)	(4.846)	(a)
Operações com derivativos	Algodão (lbs.)	(636)	(2.000.000)	(a)	(636)	(a)	2.583	(a)	1.035	(a)	(1.959)	(a)	(3.411)	(a)
Operações com derivativos	Etanol (m³3)	3.077	(30.930)	(a)	3.077	(a)	31.724	(a)	18.113	(a)	(18.185)	(a)	(42.569)	(a)
Operações com derivativos	Swap (BRL)	(1.619)	141.323	(a)	(1.619)	(a)	6.782	(a)	2.916	(a)	(7.820)	(a)	(14.091)	(a)
Margem - Macquarie e XP	SELIC	33.001	-	13,15%	(208)	13,78%	(1.135)	10,34%	(2.277)	6,89%	1.139	17,23%	2.274	20,67%
Total Derivativos (a)		24.421			(8.788)		362.015		162.786		(220.288)		(433.924)	
Cresca, líquida	USD	(1.642)	(313)	5,24	(143)	5,70	446	4,28	893	2,85	(446)	7,13	(893)	8,56
Cresud, líquida	USD	(312)	(60)	5,24	(30)	5,70	86	4,28	171	2,85	(86)	7,13	(171)	8,56
Helmir, líquida	USD	(5.518)	(1.053)	5,24	(488)	5,70	1.501	4,28	3.003	2,85	(1.501)	7,13	(3.003)	8,56
Total Partes relacionadas		(7.472)	(1.426)		(661)		2.033		4.067		(2.033)		(4.067)	
Fazenda Serra Grande	Sacas de Soja	(8.159)	54.000	151,20	-	151,20	2.040	113,40	4.080	75,60	(2.040)	189,00	(4.080)	226,80
Total Aquisições a pagar		(8.159)	54.000		-		2.040		4.080		(2.040)		(4.080)	

(*) FONTE Riscos: Bloomberg (a) Para as análises de sensibilidade das posições de Derivativos, foram utilizadas as taxas *forward* e preços de cada vencimento de operação, conforme quadro anterior. (b) Para as análises de sensibilidade dos financiamentos e recebíveis de fazenda não foram considerados aqueles com taxa fixa.

b) Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco ao qual a Companhia está exposta decorre da possibilidade de não recuperar os valores a receber por venda de cana, venda de grãos, arrendamento de áreas e recebíveis de fazendas. Para reduzir o risco de crédito presente nas operações comerciais, a Companhia adota a prática de definir limites de créditos onde analisa fatores como: tempo de abertura da empresa, histórico de negócios com a Companhia, referências comerciais e Serasa. A Companhia também realiza o acompanhamento constante dos saldos devedores. Atualmente, a administração não espera perdas significativas em virtude de inadimplemento de suas contrapartes superiores aos valores provisionados e as exposições da Companhia estão dentro dos limites vigentes de crédito. **c) Risco de liquidez:** A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros da Companhia por grupo de vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, além dos derivativos por montantes líquidos, cujo valor justo é divulgado.

Passivos financeiros consolidados	Nota	Valor contábil	Valor contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos		30/06/2021			
									Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	
Em 30 de junho de 2022												
Operações com derivativos	7	39.336	39.336	34.064	2.878	2.394	-					
Arrendamentos a pagar	15	137.434	247.412	35.801	59.130	64.473	88.008					
Fornecedores	16	80.426	80.426	80.426	-	-	-					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	453.041	648.267	137.919	48.666	323.929	137.753					
Aquisições a pagar	19	41.248	41.248	28.846	-	-	12.402					
Transações com partes relacionadas	30	7.472	7.472	-	7.472	-	-					
Em 30 de junho de 2021												
Operações com derivativos	7	50.539	50.539	48.574	645	1.320	-					
Arrendamentos a pagar	15	101.772	125.852	29.928	43.901	35.542	16.481					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	663.181	743.235	94.184	99.563	101.871	447.617					
Fornecedores	16	75.224	75.224	75.224	-	-	-					
Aquisições a pagar	19	52.428	52.428	45.133	7.295	-	-					
Transações com partes relacionadas	30	8.087	8.087	5.568	2.519	-	-					

5.9. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures, aquisições a pagar e derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia apresenta dívida líquida financeira:

	Nota	30/06/2022	Consolidado		
			30/06/2021	30/06/2021	30/06/2021
Operações com derivativos	7	(24.421)	14.001	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	453.041	663.181	-	-
Aquisições a pagar	19	41.248	52.428	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	469.868	729.610	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.2	(435.493)	(1.059.107)	-	-
		(114.450)	(10.455)	-	-
		(549.943)	(1.069.562)	-	-
Cobertura líquida		(80.075)	(339.952)	-	-
Total do patrimônio líquido		2.216.048	2.182.601	-	-

5.10. Hierarquia do valor justo: Consideramos que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos *impairment*, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares. A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); • Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis) (Nível 3). A tabela a seguir apresenta a categoria dos principais ativos e passivos da Companhia, bem como o nível de hierarquia do valor justo:

Consolidado – R\$ mil	Nota	Valor contábil	Valor Justo	30/06/2022		
				Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Circulante						
Clientes, líquidos	8.1	184.260	184.260	-	184.260	-
Não circulante						
Transações com partes relacionadas	30	1.839	1.839	-	1.839	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	397.001	397.001	397.001	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.2	94.870	94.870	94.870	-	-
Créditos por venda de fazenda, líquido (c)	8.1	183.342	183.342	-	-	183.342
Operações com derivativos (b)	7	61.013	61.013	49.124	11.889	-
Não circulante						
Títulos e valores mobiliários	6.2	19.580	19.580	19.580	-	-
Crédito por venda de fazenda, líquido (c)	8.1	373.954	373.954	-	-	373.954
Operações com derivativos (b)	7	2.744	2.744	690	2.054	-
Ativos não financeiros mensurados ao valor justo						
Circulante						
Ativos biológicos	10	264.976	264.976	-	9.711	255.265
Não circulante						
Ativos biológicos	10	57.906	57.906	-	57.906	-
Ativos não financeiros mensurados ao custo						
Não circulante						
Propriedades para investimento	11	946.778	3.308.718	-	-	3.308.718
Total		2.588.263	4.950.203	561.265	267.659	4.121.279
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Circulante						
Fornecedores	16	80.426	80.426	-	80.426	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	17	123.411	92.651	-	92.651	-
Não circulante						
Transações com partes relacionadas	30	7.472	7.472	-	7.472	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	17	329.630	323.608	-	323.608	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Circulante						
Operações com derivativos (b)	7	34.064	34.064	25.055	9.009	-
Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas	15	18.581	18.581	-	18.581	-
Aquisições a pagar	19	28.846	28.846	10.221	2.402	16.223
Não circulante						
Operações com derivativos (b)	7	5.272	5.272	-	3.270	2.002
Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas	15	230.570	230.570	-	230.570	-
Aquisições a pagar	19	12.402	12.402	1.928	1.811	8.663
Total		870.674	833.892	37.204	769.800	26.888

Consolidado – R\$ mil	Nota	Valor contábil	Valor Justo	30/06/2021		
				Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						

...continuação

BRASILAGRO COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

	30/06/2020	Constituição	Aquisições -combinações de negócios	Recebimentos	Atualização do valor justo	Variação Cambial	Contraprestação variável	30/06/2021	Circulante	Não circulante
Araucária III	3.336	-	-	(5.084)	1.748	-	-	-	-	-
Araucária IV	7.258	-	-	(6.475)	3.683	-	-	4.466	4.466	-
Araucária V	37.504	-	-	(16.191)	21.535	-	-	42.848	16.582	26.266
Jatobá I	2.569	-	-	(3.945)	1.376	-	-	-	-	-
Jatobá II	129.741	-	-	(48.158)	62.466	-	2.904	146.953	10.033	136.920
Jatobá III	47.384	3.796	-	(18.530)	23.261	-	-	55.911	3.744	52.167
Jatobá IV	15.481	-	-	(4.882)	8.489	-	-	19.088	5.033	14.055
Jatobá V	33.029	-	-	(9.243)	17.101	-	-	40.887	10.139	30.748
Jatobá VI	-	52.063	-	(12.376)	(1.245)	-	-	38.442	6.599	31.843
Alto Taquari I	3.545	-	-	(3.493)	2.758	-	162	2.972	1.489	1.483
Alto Taquari II	3.554	-	-	(2.217)	2.443	-	-	3.780	1.895	1.885
Alto Taquari III	7.946	-	-	(1.085)	4.598	-	-	11.459	940	10.519
Bananal IX	22.405	-	-	(7.000)	217	-	-	15.622	9.638	5.984
Bananal X	-	26.841	-	(7.500)	(107)	-	-	19.234	6.167	13.067
Fon Fon I	-	-	559	-	-	(51)	-	508	508	-
Fon Fon II	-	-	356	(369)	-	13	-	-	-	-
San Cayetano	-	-	335	-	-	(28)	-	307	307	-
Total	313.752	82.700	1.250	(146.548)	148.323	(66)	3.066	402.477	77.540	324.937

As informações sobre o critério de mensuração no reconhecimento inicial e subsequentes, assim como as vendas realizadas e os valores recebidos no exercício findo em 30 de junho de 2022 estão apresentadas na Nota explicativa 2.1 e 22. **Contraprestação variável:** Para as vendas que possuem a obrigação de medição oficial ao longo ou no fim do contrato, a Companhia adota o conceito de contraprestação variável, previsto no CPC 47/IFRS 15 – Receita, e não reconhece 2,3% da venda até o momento da medição. Esse percentual, calculado com base no maior desvio histórico acrescido de margem de segurança, representa o risco de reversão proporcional no reconhecimento da venda, caso haja diferença entre a área negociada e a área entregue. A parcela não reconhecida da receita (2,3%) deverá ser contabilizada ao fim do processo. Abaixo, a composição dos créditos por venda de fazenda sem o efeito redutor da contraprestação variável, considerando a contas a receber em sua totalidade:

	30/06/2022	Contraprestação variável (2,3%)	30/06/2022
Jatobá III	56.332	1.296	57.628
Jatobá IV	14.243	328	14.571
Jatobá V	40.597	934	41.531
Jatobá VI	39.439	907	40.346
Alto Taquari IV	137.261	3.157	140.418
Rio do Meio I	73.619	1.693	75.312
Total	361.491	8.315	369.806

8.2. Impostos a recuperar:

	30/06/2022	Controladora 30/06/2021	30/06/2022	Consolidado 30/06/2021
IRRF sobre aplicações financeiras a compensar	5.809	1.483	8.658	2.237
ICMS a recuperar	-	-	624	-
PIS e COFINS a compensar	151	164	152	164
Imposto sobre valor agregado - IVA (Paraguai/Bolívia)	-	-	8.644	6.226
Outros impostos a recuperar	143	-	293	17
Total circulante	6.103	1.647	18.371	8.644
ICMS a recuperar	6.983	6.682	8.910	9.378
PIS e COFINS a compensar	11.058	3.934	12.506	3.934
IRRF sobre aplicações financeiras a compensar	1.472	6	1.991	82
INSS a recuperar	1	-	70	21
Imposto sobre valor agregado - IVA (Paraguai/Bolívia)	-	-	11.542	8.461
Total não circulante	19.514	10.622	35.019	21.876

9. Estoques:

	30/06/2022	Controladora 30/06/2021	30/06/2022	Consolidado 30/06/2021
Soja	53.573	123.602	54.793	169.927
Milho	50.166	36.586	60.970	40.678
Feijão	8.553	11.969	8.773	11.969
Algodão	21.363	11.114	22.186	11.114
Outros cultivos	503	176	509	224
Produtos agrícolas	134.158	183.447	147.231	233.912
Insumos	100.102	15.807	142.668	31.947
Total	234.260	199.254	289.899	265.859

9.1. Ajuste a valor recuperável dos estoques de produtos:

	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial	(1.939)	(2.661)
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas	(19.545)	(22.728)
Baixas	1.805	1.905
Em 30 de junho de 2021	(19.679)	(23.484)
Reversão do valor recuperável de produtos agrícolas	(51.016)	(50.822)
Baixas	63.661	66.531
Em 30 de junho de 2022	(7.034)	(7.775)

10. Ativos biológicos:

	30/06/2022	Controladora 30/06/2021	30/06/2022	Consolidado 30/06/2021
Gado consumível	787	130	9.711	11.727
Gado para produção	57.906	34.585	57.906	34.585
Plantação de grãos	47.493	49.033	67.358	64.554
Plantação de algodão	15.348	13.863	15.347	13.862
Plantação de cana	47.252	36.117	172.560	120.346
Total	168.786	133.728	322.882	245.074
Circulante	110.880	99.143	264.976	210.489
Não circulante	57.906	34.585	57.906	34.585

Gastos com plantio e tratos culturais estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciação e mão-de-obra aplicada nas culturas. Um aumento ou redução de 1% na produtividade esperada da cana de açúcar e dos grãos/algodão resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$ 2.789 e um aumento ou redução de 1% no preço da cana e dos grãos/algodão resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$ 3.621. A área a ser colhida correspondente aos ativos biológicos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Área plantada (hectares)	Área plantada (hectares)	Área plantada (hectares)
30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022
30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022
Grãos	9.360	10.097
Algodão	1.450	2.113
Cana	7.177	10.513
	16.277	21.277
	36.850	38.199

Movimentação da atividade agrícola:

	Controladora			Consolidado		
	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
	Grãos	Algodão	Cana	Grãos	Algodão	Cana
Saldo em 30 de junho de 2020	18.526	13.724	30.154	20.749	13.724	72.043
Aumentos decorrentes de plantio	219.122	15.726	-	260.502	14.978	-
Aumentos decorrentes de tratos	-	-	54.630	-	-	162.037
Aquisições - combinação de negócios	-	-	-	11.614	-	6.619
Variação no valor justo	305.595	29.303	28.659	344.761	30.051	142.302
Reduções decorrentes da colheita	(494.210)	(44.890)	(77.326)	(571.199)	(44.891)	(262.107)
Variação cambial	-	-	-	(1.873)	-	(548)
Saldo em 30 de junho de 2021	49.033	13.863	36.117	64.554	13.862	120.346
Aumentos decorrentes de plantio	325.037	33.576	-	378.588	31.543	-
Aumentos decorrentes de tratos	-	-	83.707	-	-	216.424
Variação no valor justo	237.182	5.089	50.426	313.957	7.122	227.717
Reduções decorrentes da colheita	(563.759)	(37.180)	(122.998)	(689.287)	(37.180)	(392.179)
Variação cambial	-	-	-	(454)	-	252
Saldo em 30 de junho de 2022	47.493	15.348	47.252	67.358	15.347	172.560

Movimentação da atividade pecuária:

	Controladora			Consolidado		
	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
	Grãos	Algodão	Cana	Grãos	Algodão	Cana
Saldo em 30 de junho de 2020	9.116	-	-	9.116	-	-
Gastos com aquisição/nascimento	4.475	-	-	1.957	-	-
Gastos com manejo	-	-	-	7.101	-	-
Vendas	(2.879)	-	-	(7.508)	-	-
Mortes	(187)	-	-	(362)	-	-
Variação no valor justo	-	-	-	11.370	-	-
Em 30 de junho de 2021	10.525	-	-	34.715	-	-
Gastos com aquisição/nascimento	11.128	-	-	26.902	-	-
Gastos com manejo	-	-	-	12.299	-	-
Vendas	(3.468)	-	-	(10.561)	-	-
Mortes	(143)	-	-	(360)	-	-
Variação no valor justo	-	-	-	(4.302)	-	-
Em 30 de junho de 2022	18.042	-	-	58.693	-	-

	Controladora			Consolidado		
	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
	Grãos	Algodão	Cana	Grãos	Algodão	Cana
Saldo em 30 de junho de 2020	15.064	-	-	15.064	-	-
Gastos com aquisição/nascimento	9.719	-	-	14.238	-	-
Gastos com manejo	-	-	-	15.751	-	-
Vendas	(9.685)	-	-	(26.781)	-	-
Mortes	(253)	-	-	(528)	-	-
Consumo	(40)	-	-	(101)	-	-
Variação cambial	-	-	-	(982)	-	-
Variação no valor justo	-	-	-	10.234	-	-
Em 30 de junho de 2021	14.805	-	-	46.312	-	-
Gastos com aquisição/nascimento	15.100	-	-	38.142	-	-
Gastos com manejo	-	-	-	13.397	-	-
Vendas	(8.451)	-	-	(30.196)	-	-
Mortes	(229)	-	-	(609)	-	-
Consumo	(57)	-	-	(230)	-	-
Variação cambial	-	-	-	(167)	-	-
Variação no valor justo	-	-	-	968	-	-
Em 30 de junho de 2022	21.168	-	-	67.617	-	-

Dados quantitativos da atividade pecuária, expressos em cabeças de gado:

	Gado consumível	Gado para produção	Controladora Total
Em 30 de junho de 2021	42	10.483	10.525
Em 30 de junho de 2022	28	18.014	18.042

	Gado consumível	Gado para produção	Consolidado Total
Em 30 de junho de 2021	4.322	10.483	14.805
Em 30 de junho de 2022	3.154	18.014	21.168

Hierarquia do valor justo em 30 de junho de 2022:

	Controladora Valor	Consolidado Valor	Valor Justo
Cana	47.252	172.560	Nível 3
Gado	58.693	67.617	Nível 2
Grãos	47.493	67.358	Nível 3
Algodão	15.348	15.347	Nível 3

Os *inputs* significativos não observáveis utilizados na mensuração do valor justo da cana, grãos e algodão classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 30 de junho de 2022, são demonstrados abaixo:

Descrição	Método de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Taxa média %	Varição de <i>inputs</i> não observáveis	Aumento nos <i>inputs</i>	Redução nos <i>inputs</i>
Ativo biológico - Cana	Fluxo de caixa descontado	- Produtividade	15,48	Produtividade média: 86,02 toneladas por hectares	Um aumento na produtividade gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução na produtividade gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.
		- ATR (Kg de açúcar por ton de cana)	15,48	Açúcar total recuperável: ATR 115 a 145 por toneladas de cana.	Um aumento no ATR gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução no ATR gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.
Milho	Fluxo de caixa descontado	- Produtividade	15,48	Produtividade: Média 90,8 sacas por hectares	Um aumento na produtividade gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução na produtividade gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.
Algodão	Fluxo de caixa descontado	- Produtividade	15,48	Produtividade: Média 2,1 sacas por hectares	Um aumento na produtividade gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução na produtividade gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.

Variação do valor justo no resultado

	30/06/2022	Controladora 30/06/2021	30/06/2022	Consolidado 30/06/2021
Grãos	237.182	305.595	313.957	344.761
Algodão	5.089	29.303	7.122	30.051
Cana	50.426	28.659	227.717	142.302
Gado	(4.302)	11.370	968	10.234
	288.395	374.927	549.764	527.348

BRASILAGRO COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

O quadro abaixo demonstra o valor justo das propriedades para investimento, comparados com seus valores contábeis:

Fazenda	Estado	Hectares		Imobiliária	Aquisição	Valor Justo*		Valor de Custo**	
		30/06/2022	30/06/2021			30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Fazenda Jatobá	Bahia	13.276	13.276	Jaborandi Ltda	mar-07	429.713	386.391	28.971	29.612
Fazenda Alto Taquari	Mato Grosso	1.380	5.103	Mogno Ltda	ago-07	30.574	304.710	17.273	33.547
Fazenda Araucária	Goiás	5.534	5.534	Araucária Ltda	abr-07	333.360	333.233	46.269	46.166
Fazenda Chaparral	Bahia	37.182	37.182	Cajueiro Ltda	nov-07	796.111	766.971	102.313	91.737
Fazenda Nova Buriú	Minas Gerais	24.212	24.212	Flamboyant Ltda	dez-07	49.787	33.829	24.298	23.448
Fazenda Preferência	Bahia	17.799	17.799	Cajueiro Ltda	set-08	136.262	89.436	32.849	28.350
Fazenda São José	Maranhão	17.566	17.566	Ceibo Ltda	fev-17	464.248	407.025	114.448	112.463
Fazenda Marangatú y Udra	Boqueron Paraguai	59.585	59.585	Agropecuária Moroti S.A.	fev-18	337.786	449.590	220.755	211.362
Fazenda Arrojadinho	Bahia	16.642	16.642	Agrifirma Bahia Ltda	jan-20	256.921	214.208	100.521	96.076
Fazenda Rio do Meio	Bahia	7.715	12.288	Agrifirma Bahia Ltda	jan-20	201.908	252.328	78.998	117.912
Fazenda Serra Grande	Piauí	4.489	4.489	Imobiliária Cremaq	abr-20	82.558	71.790	42.149	36.739
Fazenda Acres del Sud	Bolívia	9.875	9.875	Acres Del Sud	fev-21	189.490	209.441	137.934	124.697
		215.255	223.551			3.308.718	3.518.952	946.778	952.109

(* Em 30 de junho de 2022, as propriedades foram avaliadas pela equipe técnica da Companhia. O valor de venda comparável das propriedades para investimento é ajustado considerando aspectos específicos de cada propriedade, sendo o preço por hectare o item mais relevante das premissas. O valor justo apresentado é considerado como nível 3 na hierarquia do valor justo e não houve reclassificações entre os níveis durante o exercício. (**) O valor de custo em 30 de junho de 2022 de R\$ 946.778 (R\$ 952.109 em 30 de junho de 2021) não é comparável com o valor da nota explicativa de propriedades para investimento, pois a nota contempla investimentos realizados em algumas parcerias (fazendas arrendadas), que não fazem parte do nosso portfólio de fazendas próprias. (***) A variação das fazendas Alto Taquari e Rio do Meio referem-se as vendas de 2.566 e 4.573 hectares respectivamente. O valor justo e o valor de custo apresentados para Fazenda Alto Taquari contemplam a área de 1.157 hectares vendida em setembro de 2021, onde a Companhia continuará operando até a data da entrega em setembro de 2024, conforme

Nota Explicativa 2.1. Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía quatro fazendas mantidas em garantia por empréstimos financiamentos, que representa 40% do total das propriedades para investimento no consolidado. **12. Investimentos:** O total de investimentos é composto conforme demonstrado abaixo:

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Ágio	1.597.120	1.439.082	7642	5.609
	47	47	-	-
	1.597.167	1.439.129	7642	5.609

Subsidiárias	Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia	Participação no capital total - %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Ajustes IFRS 16/CPC 06	Participação no patrimônio	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	
									Ajustes IFRS 16/CPC06*	Resultado da equivalência
Araucária	69.301	100,00	92.285	21.586	70.699	1.034	71.733	8.886	2.884	11.770
Cremaq	26.489	100,00	31.926	8.526	23.400	(350)	23.050	1.887	25	1.912
Engenho	282	100,00	20	-	20	-	20	(44)	-	(44)
Imobiliária Jaborandi	44.445	100,00	326.570	86.716	239.854	10.218	250.072	16.443	4.488	20.931
Cajueiro	59.219	100,00	62.228	732	61.496	7.170	68.666	14.451	9.641	24.092
Mogno	35.134	100,00	170.262	21.147	149.115	631	149.746	198.485	2.258	200.743
Ceibo	103.945	100,00	123.027	639	122.388	2.208	124.596	10.228	5.970	16.198
Flamboyant	843	100,00	652	-	652	-	652	(6)	-	(6)
Palmeiras	48.960	100,00	88.465	68.121	20.344	-	20.344	(5.536)	-	(5.536)
Moroti	13.166	100,00	231.967	13.473	218.494	-	218.494	(1.872)	-	(1.872)
Agrifirma	256.616	100,00	816.281	308.020	508.261	1.758	510.019	191.048	3.278	194.326
Acres	902	100,00	152.811	100.231	52.580	-	52.580	2.421	-	2.421
Ombú	484	100,00	95.679	59.554	36.125	-	36.125	4.723	-	4.723
Yuchán	97	100,00	54.517	53.425	1.092	-	1.092	(4.454)	-	(4.454)
Yatay	282	100,00	65.153	2.864	62.289	-	62.289	(6)	-	(6)
Avante	-	-	-	-	-	-	-	(926)	-	(926)
Joint Venture e outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cresca	-	50,00	1.646	125	1.521	-	1.521	(31)	-	(31)
Agrofy	-	-	-	-	6.121	-	6.121	-	-	-
			2.313.489	745.159	1.574.451	22.669	1.597.120	435.697	28.544	464.241

A Companhia tem contratos de arrendamentos de terras com suas controladas. A adoção do IFRS 16 resultou em diferenças entre o resultado da controladora e do consolidado que foram ajustadas na equivalência patrimonial da controladora, de forma que o resultado da controladora e o resultado consolidado fossem iguais, conforme previsto no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. **a) Movimentação dos investimentos:**

	30/06/2021	30/06/2021	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Efeito de conversão	30/06/2022
Cremaq	14.618	-	6.520	-	1.912	-	23.050
Engenho	64	-	-	-	(44)	-	20
Imobiliária Jaborandi	314.141	-	-	(85.000)	20.931	-	250.072
Araucária	86.696	-	-	(26.733)	11.770	-	71.733
Mogno	49.830	-	-	(100.827)	200.743	-	149.746
Cajueiro	68.536	-	-	(23.962)	24.092	-	68.666
Ceibo	108.398	-	-	-	16.198	-	124.596
Flamboyant	648	-	10	-	(6)	-	652
Palmeiras	22.591	-	2.614	-	(5.536)	675	20.344
Moroti	210.447	-	-	-	(1.872)	9.919	218.494
Agrifirma	415.693	-	-	(100.000)	194.326	-	510.019
Acres	47.561	-	-	-	2.421	2.598	52.580
Ombú	29.833	-	-	-	4.723	1.569	36.125
Yuchán	5.334	-	-	-	(4.454)	212	1.092
Yatay	59.073	-	-	-	(6)	3.222	62.289
Cresca	1.482	-	-	-	(31)	70	1.521
Agrofy	4.127	-	1.994	-	-	-	6.121
	1.439.072	-	11.138	(336.522)	465.167	18.265	1.597.120
Ágio Agrifirma	47	-	-	-	-	-	47
	1.439.119	-	11.138	(336.522)	465.167	18.265	1.597.167
Perdas com investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Avante (*)	10	916	-	-	(926)	-	-
	10	916	-	-	(926)	-	-
	1.439.129	916	11.138	(336.522)	464.241	18.265	1.597.167

	30/06/2020	Aquisição	Incorporação	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Efeito de conversão	30/06/2021
Cremaq	13.952	-	-	7.647	-	(6.981)	-	14.618
Engenho	15	-	-	100	-	(51)	-	64
Imobiliária Jaborandi	216.652	-	-	-	(60.000)	157.489	-	314.141
Jaborandi Ltda	86.189	-	(75.272)	-	(39.260)	28.343	-	-
Araucária	77.912	-	-	-	(18.000)	26.784	-	86.696
Mogno	41.681	-	-	-	(2.000)	10.149	-	49.830
Cajueiro	59.727	-	-	-	-	8.809	-	68.536
Ceibo	109.758	-	-	-	(5.000)	3.640	-	108.398
Flamboyant	643	-	-	7	-	(2)	-	648
Palmeiras	14.568	-	-	28.407	-	(18.458)	(1.926)	22.591
Moroti	230.847	-	-	-	-	(456)	(19.944)	210.447
Agrifirma	238.137	-	75.272	-	-	102.284	-	415.693
Acres	-	51.345	-	4.064	-	(3.195)	(4.653)	47.561
Ombú	-	29.696	-	5.559	-	(2.705)	(2.717)	29.833
Yuchán	-	8.323	-	-	-	(2.370)	(619)	5.334
Yatay	-	65.369	-	-	-	(382)	(5.914)	59.073
Cresca	1.615	-	-	-	-	11	(144)	1.482
Agrofy	4.127	-	-	-	-	-	-	4.127
Avante (*)	-	-	-	-	10	-	-	10
	1.095.823	154.733	-	45.794	(124.260)	302.909	(35.917)	1.439.082
Ágio Agrifirma	47	-	-	-	-	-	-	47
	1.095.870	154.733	-	45.794	(124.260)	302.909	(35.917)	1.439.129

b) Empresas controladas indiretamente: A Companhia mantém participação no capital de outras empresas de maneira indireta por meio da sua subsidiária Agrifirma. O quadro abaixo demonstra os principais ativos e passivos e resultado do Grupo Agrifirma consolidados em 30 de junho de 2022:

	Participação (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Lucro do período
Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda.	99,99	152.732	10.824	141.907	71.427
I.A. Agro Ltda.	99,99	252	4.101	(3.849)	-
		152.984	14.925	138.058	71.427

Para simplificar a estrutura societária do grupo e criar sinergias em busca de maior eficiência operacional, em 02 de maio de 2022, os sócios aprovaram a incorporação da empresa GL Empreendimentos e Participações ("GL") pela controlada Agrifirma Bahia Agropecuária ("Agrifirma Bahia"), ambas sob o controle indireto da BrasilAgro na data do evento. Como resultado da incorporação, a Agrifirma Bahia herdou todos os direitos e obrigações da GL sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da BrasilAgro. A tabela abaixo apresenta o patrimônio líquido da GL na data da incorporação:

	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Lucro do exercício
GL Empreendimentos e Participações Ltda.	4.112	6	4.106	-

c) Participação em Joint Venture: As informações financeiras resumidas da Cresca, com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, e a conciliação com o valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas abaixo ao valor justo da data da aquisição, movimentado até de 30 de junho de 2022:

	30/06/2022	30/06/2021
Ativos	3.291	3.207
Circulante	3.248	3.167
Caixa e equivalentes de caixa	134	146
Contas a receber, estoques e outros créditos	3.114	3.021
Não circulante	43	40
Impostos a recuperar	-	-
Propriedades para investimento	-	-
Outros não circulantes	-	-
Passivos	249	244
Circulante	249	244
Fornecedores, impostos e empréstimos	249	244
Não circulante	-	-
Total ativos líquidos	3.042	2.963
Participação da Companhia - 50%	50%	50%
Participação da Companhia nos ativos líquidos ao valor justo estimado	1.521	1.482

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas administrativas	(7)	(10)
Outras receitas/despesas	(10)	(9)
Receita financeira	-	41
Despesa financeira	(45)	-
Prejuízo do período/exercício	(62)	22
Participação da Companhia - 50%	(31)	11

13. Imobilizado:	Controladora		Consolidado					
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e Instalações	Veículos e Máquinas Agrícolas	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em andamento	Canas	Imobilizado Total
Em 30 de Junho de 2021								
Saldo inicial	200	2.544	1.910	644	5.298	-	24.211	29.509
Aquisições	-	2.211	3.658	392	6.261	417	4.070	10.748
Baixas	-	(428)	(2.983)	(4)	(3.415)	-	-	(3.415)
Transferências								

...continuação

BRASILAGRO COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

	Consolidado			
	Terra – Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Veículos e Máquinas Agrícolas	Direito Uso Total
Em 30 de junho de 2021				
Saldo inicial	99.363	292	1.438	101.093
Novos contratos	-	1.194	3.881	5.075
Atualização	(3.745)	-	(455)	(4.200)
(-) Depreciação / Amortização	(19.742)	(252)	(1.898)	(21.892)
Efeito de conversão	-	(9)	(35)	(44)
Saldo contábil, líquido	<u>75.876</u>	<u>1.225</u>	<u>2.931</u>	<u>80.032</u>
Em 30 de junho de 2021				
Custo total	118.953	2.057	6.552	127.562
Depreciação acumulada	(43.077)	(832)	(3.621)	(47.530)
Saldo contábil, líquido	<u>75.876</u>	<u>1.225</u>	<u>2.931</u>	<u>80.032</u>
Em 30 de junho de 2022				
Saldo inicial	75.876	1.225	2.931	80.032
Novos contratos	61.594	411	1.942	63.947
(-) Depreciação / Amortização	(24.368)	(539)	(1.776)	(26.683)
Efeito de conversão	641	3	14	658
Saldo contábil, líquido	<u>113.743</u>	<u>1.100</u>	<u>3.111</u>	<u>117.954</u>
Em 30 de junho de 2022				
Custo total	181.188	2.471	8.508	192.167
Depreciação acumulada	(67.445)	(1.371)	(5.397)	(74.213)
Saldo contábil, líquido	<u>113.743</u>	<u>1.100</u>	<u>3.111</u>	<u>117.954</u>
Taxa % (média ponderada)	10	3	7	

15. Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Arrendamentos operacionais - IFRS 16	37.541	57.194	18.581	30.545
	37.541	57.194	18.581	30.545
Custos de restauração do canalav – Parceria IV	-	-	111.717	97.223
Arrendamentos operacionais - IFRS 16	187.331	159.344	118.853	71.227
	187.331	159.344	230.570	168.450
	<u>224.872</u>	<u>216.538</u>	<u>249.151</u>	<u>198.995</u>

Movimentações dos arrendamentos e obrigações correlatas

	Controladora			
	30/06/2021	Variação cambial	Variação	Novos pagamentos
Arrendamentos operacionais - IFRS 16	216.538	-	2.663	(48.119)
	<u>216.538</u>	<u>-</u>	<u>2.663</u>	<u>(48.119)</u>

	Consolidado			
	30/06/2021	Variação cambial	Variação	Novos pagamentos
Custos de restauração do canalav - Parceria IV	97.223	-	14.494	-
Arrendamentos operacionais - IFRS 16	101.772	658	1.777	(30.720)
	<u>198.995</u>	<u>658</u>	<u>16.271</u>	<u>(30.720)</u>

Atualmente os principais contratos da Companhia passíveis de aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) se referem a operações de parcerias agrícolas e arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de maquinários, veículos e imóveis. A Companhia possui contrato de parceria agrícola para cultivo de cana de açúcar (Parceria IV) abrangendo 15 mil hectares agricultáveis, que estabelece a obrigação de recomposição do canalav na entrega do contrato. O acordo tem duração de 15 anos e entrega prevista para 2032, podendo ser prorrogado pelo mesmo período. As baixas ocorrerão sempre que houver o pagamento efetivo do arrendamento, além da atualização periódica pela variação da soja ou cana. Os impactos do ajuste a valor presente, serão reconhecidos no Resultado Financeiro. Em 30 de junho de 2022, a Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de terceiros e aluguéis de prédios, assim distribuídos:

Denominação	Controladora (escopo IFRS 16)		Moeda	
	Localização			
Parceria II	Ribeiro Gonçalves - PI	R\$	7.524	
Parceria III	Alto Taquari - MT	R\$	21.955	
Parceria V	São Félix do Xingu - MT	R\$	14.116	
Parceria VII	Baixa Grande do Ribeiro - PI	R\$	25.846	
Parceria IX	São José do Xingu - MT	R\$	49.777	
Arrendamentos Intercompany	N.A.	R\$	98.865	
Aluguéis de veículos	N.A.	R\$	677	
Serviços com ativos identificados	N.A.	R\$	1.976	
Terras - Outros	N.A.	R\$	4.136	
		<u>R\$</u>	<u>224.872</u>	

Denominação	Controladora (escopo IFRS 16)		Moeda	
	Localização			
Parceria II	Ribeiro Gonçalves - PI	R\$	7.524	
Parceria III	Alto Taquari - MT	R\$	21.955	
Parceria IV – custos de restauração do canalav	São Raimundo de Mangabeira	R\$	111.717	
Parceria V	São Félix do Xingu - MT	R\$	14.116	
Parceria VII	Baixa Grande do Ribeiro - PI	R\$	25.846	
Parceria VIII	Santa Cruz - Bolívia	R\$	9.723	
Parceria IX	São José do Xingu - MT	R\$	49.777	
Aluguéis de veículos	N.A.	R\$	2.182	
Serviços com ativos identificados	N.A.	R\$	1.976	
Terras - Outros	N.A.	R\$	4.137	
Aluguéis de veículos e escritório no Paraguai	Assunção - Paraguai	R\$	198	
		<u>R\$</u>	<u>249.151</u>	

Os passivos de arrendamento acima demonstrados, que fazem parte do escopo do IFRS 16, apresentam uma taxa de desconto com intervalo de 6,56% a 16,52%. Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região onde se localiza cada unidade, salvo no caso da Parceria III, onde a fixação acontece via Consecana, respectivamente. Nos casos em que os pagamentos são indexados à saca de soja, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data base da adoção inicial do IFRS 16 e ajustados ao preço corrente no momento do pagamento. Já para os pagamentos indexados ao Consecana, os pagamentos são fixados em toneladas de cana e convertidos para moeda nacional através do Consecana vigente à época. Em relação aos contratos de arrendamento de terceiros informamos também que: (i) Não temos cláusula de pagamento contingente; (ii) Os contratos de arrendamento parceria II, V e Araucária são indexados, em sua maioria, à variação do preço da saca de soja, onde somente no caso da parceria II há uma cláusula do reajuste do pagamento por bônus de produtividade; (iii) Não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre capital próprio, dívida adicional, ou qualquer que requeira divulgação adicional. Abaixo segue demonstrado fluxo de realização dos pagamentos dos arrendamentos supramencionados:

	Controladora	Consolidado
1 ano	37.541	18.581
2 anos	41.939	41.496
3 anos	39.337	38.439
4 anos	35.464	37.371
5 anos	20.387	26.419
Acima de 5 anos	50.204	86.845
	<u>224.872</u>	<u>249.151</u>

16. Contas a pagar e outras obrigações:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Fornecedores (a)		41.147	27.849	80.426	75.224
Tributos a pagar	16.1	8.616	441	25.894	16.254
Dividendos a pagar		123.540	75.441	123.540	75.441
Adiantamentos de clientes		17.327	10.873	21.953	19.141
Outras obrigações		241	270	1.627	830
Total circulante		<u>190.871</u>	<u>114.874</u>	<u>253.440</u>	<u>186.890</u>
Tributos a pagar	16.1	-	-	17.742	30.110
Outras obrigações		-	-	6.091	4.792
Total não circulante		-	-	<u>23.833</u>	<u>34.902</u>

(a) O saldo de fornecedores em 30 de junho de 2022 e 2021 refere-se à compra de insumos e serviços prestados do exercício.

16.1. Tributos a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
ISS a pagar	537	162	681	316
Impostos retidos	234	150	368	261
FUNRURAL a pagar	36	-	36	-
PIS e COFINS a pagar	-	-	3.988	5.108
IRPJ e CSLL a pagar	7.352	-	15.456	6.095
IVA (Paraguai/Bolívia)	-	-	4.743	4.187
Outros impostos a pagar	457	129	622	287
Total circulante	<u>8.616</u>	<u>441</u>	<u>25.894</u>	<u>16.254</u>
PIS e COFINS a pagar	-	-	4.213	11.165
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	3.556	9.421
IRE – Imposto de renda empresarial	-	-	9.973	9.524
Total não circulante	-	-	<u>17.742</u>	<u>30.110</u>

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Indexador	Taxa anual (%)		Controladora		Consolidado	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Financiamento de custeio agrícola	Pré + CDI	100+1,80	100+1,80	-	40.561	-	40.561
	Pré	3,24	3,24	-	-	-	8.055
	Pré	4,26	4,26	3.057	-	6.106	-
	Pré	6,30	6,30	-	111.590	-	111.590
	Pré	6,34	6,34	-	-	1.493	2.436
	Pré	3,50	3,50	-	3.078	-	3.078
	Pré	7,64	7,64	7.930	9.779	7.930	9.779
	Pré	4,91	4,91	-	25.716	-	25.716
	Pré	9,85	-	2.085	-	4.147	-
				<u>13.072</u>	<u>190.724</u>	<u>19.676</u>	<u>201.215</u>
Financiamento de custeio agrícola (USD)	Pré	7,39	7,00	-	-	-	2.564
	Pré	3,66	-	-	-	16.760	-
				-	-	16.760	2.564
Financiamento de custeio agrícola (PYG)	Pré	9,60	9,60	-	-	16.628	18.101
	Pré	9,50	9,50	-	-	6.815	8.191
	Pré	8,75	-	-	-	9.206	-
				-	-	32.649	26.292
Financiamento projeto Bahia	Pré	3,50	3,50	-	-	9.661	10.373
				-	-	9.661	10.373
Financiamento capital de giro (USD)	Pré	4,40	-	-	-	10.840	-
				-	-	10.840	-
Financiamento capital de giro (EUR)	Pré	1,32	1,32	-	23.230	-	23.230
				-	23.230	-	23.230
FINAME							
Financiamento de cana de açúcar	Pré	6,76	6,76	1.230	1.963	1.230	1.963
	Pré	6,34	6,34	-	-	32.694	31.879
	Pré	3,76	3,76	-	-	-	28.150
				<u>1.230</u>	<u>1.963</u>	<u>33.924</u>	<u>61.992</u>
Debêntures	CDI	106,50	106,50	30.897	58.045	30.897	58.045
	CDI	110,00	110,00	31.096	43.717	31.096	43.717
	Pré + IPCA	5,37+100,00	5,37+100,00	274.396	244.565	274.396	244.565
				<u>336.389</u>	<u>346.327</u>	<u>336.389</u>	<u>346.327</u>
(-) Custos da transação				(6.858)	(8.812)	(6.858)	(8.812)
				<u>343.833</u>	<u>553.432</u>	<u>453.041</u>	<u>663.181</u>
Circulante				57.453	252.151	123.411	322.046
Não circulante				286.380	301.281	329.630	341.135

Referências:
 USD - Moeda dos Estados Unidos (Dólar)
 PYG - Moeda do Paraguai (Guarani)
 IPCA - Índice nacional de preço ao consumidor
 CDI - Certificado de depósito interbancário
 EUR - Empréstimo com Swap atrelado ao CDI + 1,85% a.a.
 Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Pré	7.444	143.314	116.652	253.063
CDI e Pré + CDI	61.993	165.553	61.993	165.553
Pré + IPCA	274.396	244.565	274.396	244.565
	<u>343.833</u>	<u>553.432</u>	<u>453.041</u>	<u>663.181</u>

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures de circulante e não circulante prazo apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
1 ano	57.453	252.151	123.411	322.046
2 anos	70.340	42.341	81.571	55.984
3 anos	55.712	15.205	66.568	21.904
4 anos	52.957	3.097	63.813	9.448
5 anos	53.069	652	59.735	7.003
Acima de 5 anos	54.302	239.986	57.943	246.796
	<u>343.833</u>	<u>553.432</u>	<u>453.041</u>	<u>663.181</u>

Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora					
	30/06/2021	Contra-tação	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Variação cambial
Financiamento de custeio agrícola	190.724	5.000	(172.133)	(18.279)	7.760	-
Financiamento capital de Giro	23.230	-	(24.421)	(325)	142	1.374
Financiamento de cana de açúcar	1.963	-	(687)	(137)	91	-
Debêntures	346.327	-	(42.651)	(16.081)	48.794	-
Custos da transação	(8.812)	-	-	-	1.954	-
Em 30 de junho de 2022	<u>553.432</u>	<u>5.000</u>	<u>(239.892)</u>	<u>(34.822)</u>	<u>58.741</u>	<u>1.374</u>

	Controladora					
	30/06/2020	Contra-tação	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Variação cambial
Financiamento de custeio agrícola	162.237	28.000	(7.500)	(1.910)	9.897	-
Financiamento projeto Bahia	231	-	(226)	(8)	3	-
Financiamento capital de giro	55.					

	BRASILAGRO COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS			
	Ativo		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Planos de remuneração				
Administração	1.717	1.546	-	-
	1.717	1.546	-	-
Outros				
Cresca (a)	122	116	1.642	1.583
Cresud (b)	-	546	312	936
Helmir (c)	-	960	5.518	5.568
	122	1.622	7.472	8.087
	1.839	3.168	7.472	8.087

a) Compra de ativos biológicos e outros ativos fixos pela Palmeiras, realizada durante o processo de cisão da Cresca; b) Os gastos referem-se substancialmente, a despesas com implementação, desenvolvimento e manutenção de sistemas; c) Durante o processo de compra das subsidiárias na Bolívia, as partes firmaram um acordo para manter o valor bloqueado de contingência, que visa proteger a companhia. **31. Seguros:** A Companhia e suas controladas mantêm seguros (i) de responsabilidade civil com cobertura para todos os funcionários ativados em suas fazendas, (ii) sobre maquinários, (iii) de vida, a todos os funcionários, bem como (iv) o seguro "D&O" (Diretores e Ofícios), para seus diretores e demais membros da administração da Companhia. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A Companhia avaliou o risco dos prédios e instalações das fazendas de propriedade do Grupo, assim como de seus estoques e ativos biológicos e concluiu não haver necessidade de seguros de outras naturezas em função da baixa probabilidade de riscos. Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 30 de junho de 2022:

Modalidade seguro	Cobertura R\$
Responsabilidade Civil (D&O)	30.000
Responsabilidade Civil, Profissional e Geral	10.761
Maquinário/Automóveis	15.041
Seguro Garantia	10.420
Incêndio/Raio/Explosão/Danos Elétricos	13.202
Multirisco Rural	131.724

32. Eventos subsequentes: Arrendamento - Parceria agrícola XI: Em 21 de julho de 2022 a Companhia celebrou o contrato de parceria agrícola com a fazenda São Domingos para a exploração de uma área agricultável de aproximadamente 6.070 hectares. Localizada no município de Comodoro no estado de Mato Grosso o contrato tem vigência de 12 anos, a posse será faseada em duas partes de 3.035 hectares cada, a primeira está prevista para dezembro/2022 e a segunda para dezembro/2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Eduardo S. Elsztain Presidente do Conselho da Administração	Alejandro G. Elsztain Membro do Conselho da Administração	Saul Zang Membro do Conselho da Administração	Carlos María Blousson Membro do Conselho da Administração	Alejandro Gustavo Casaretto Membro do Conselho da Administração	Isaac Selim Sutton Membro do Conselho da Administração	Isabella Saboya Membro do Conselho da Administração	Efraim Horn Membro do Conselho da Administração	Eliane Aleixo Membro do Conselho da Administração
DIRETORIA			CONSELHO FISCAL			CONTADOR		
André Guillaumeon CEO	Gustavo Javier Lopez CFO e Diretor de Relações com Investidores	Mariana Rezende Diretora Jurídica e de Compliance	Wender Vinhadelli Diretor de Operações	Fabiano Nunes Ferrari Membro do Conselho Fiscal	Ivan Luisotto Alexandre Membro do Conselho Fiscal	Geraldo Afonso Ferreira Membro do Conselho Fiscal	Marcos Alexandre da Silva Peres CRC - 1SP239197/O-5	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A Diretoria, Conselho de Administração e Acionistas. BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas e suas controladas em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Estimativa do valor justo das propriedades para investimento para fins de divulgação:** Em 30 de junho de 2022, o saldo de propriedades para investimento, representado pelas terras e respectivas infraestruturas de fazendas, mensuradas ao custo, líquido das depreciações acumuladas, totalizava R\$ 159.066 mil na Controladora e R\$ 1.004.380 mil no Consolidado, como descrito na Nota Explicativa 11. Conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis, a Companhia divulga na referida Nota Explicativa, o valor justo estimado dessas propriedades. O processo de estimativa do valor justo pela Companhia, com o apoio de avaliadores externos, requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como estimativa dos fluxos de caixa futuros, projeções de receitas (quantidade e preço), custos e taxa de descontos apropriadas para os fluxos de caixa. Este assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da representatividade desse ativo, bem como da utilização de premissas subjetivas para definição do valor justo dos ativos, o que envolve grau elevado de julgamento da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Aspectos relevantes das nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Obtenção do entendimento e teste dos principais controles internos relacionados aos processos de avaliação e determinação do valor justo; (b) Envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar-nos nos teste da metodologia e dos modelos utilizados na mensuração do valor justo das propriedades para investimento; (c) Avaliação da razoabilidade das principais premissas, entendimento das principais variações do período e revisão retrospectiva das projeções. Também efetuamos teste do modelo do fluxo de caixa descontado, utilizado para mensuração do valor justo, bem como em sua coerência geral lógica e aritmética; (d) Análise de informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas, os valores de mercado e as metodologias selecionadas; (e) Avaliação da objetividade, independência e competência do avaliador externo contratado pela Companhia; (f) Análise da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relacionadas a esse assunto. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo das propriedades para investimento, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos. **Porque é um PAA Mensuração ao valor justo dos ativos biológicos** Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía saldo de R\$ 168.786 mil na Controladora, e R\$ 322.882 mil no Consolidado, na rubrica "Ativos biológicos"; no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de safra/corte dos produtos agrícolas. Conforme descrito na Nota Explicativa 10, os ativos biológicos da Controladora e do Consolidado correspondem às culturas de soja, milho, feijão, algodão, cana-de-açúcar e gado e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Companhia com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à: (i) área plantada, (ii) produtividade, (iii) quantidade, (iv) preço futuro de mercado ativo, (v) custos de tratamentos culturais, da terra utilizada, dos ativos contributários e do corte, transbordo e transporte (CTT) e (vi) taxa de juros para desconto dos fluxos de caixa. Este assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função dos riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da Companhia e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Aspectos relevantes das nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela Companhia para a mensuração desses ativos; (b) Com auxílio de nossos especialistas, efetuamos testes da metodologia utilizada no modelo matemático, bem como da consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com indicadores-chave de monitoramento, dados internos da Companhia aprovados pela Companhia e dados externos públicos relacionados ao setor; (c) Comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita de venda propriedades agrícolas:** No exercício findo em 30 de junho de 2022, a Companhia e suas controladas reconheceram ganhos com vendas de propriedades agrícolas no montante de R\$ 251.534 mil, conforme divulgado nas Notas Explicativas 2.1 e 22. O reconhecimento de receita decorrente da venda de propriedade agrícola considera premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da Companhia, incluindo a definição de preços futuros de commodities agrícolas, em transações que o recebimento está relacionado com volume e variação do preço de commodities, período de recebimento e forma de atualização dos créditos decorrentes dessas transações, taxas de desconto, entre outras. Adicionalmente, o reconhecimento da venda de terras envolve análises detalhadas dos dados contratuais para a determinação das condições em que ocorrem a transferência do controle e titularidade das terras para a determinação do período correto de reconhecimento dessas receitas. Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, incluindo os saldos a receber dessas transações de vendas de terras, assim como variações nas premissas adotadas pela Companhia podem impactar na mensuração das transações e saldos e, consequentemente, o reconhecimento dos valores e os resultados das operações. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: a) Obtenção do entendimento e teste dos principais controles internos relacionados aos processos de reconhecimento de receita de venda de terras e determinação do valor de venda; b) Análise dos contratos de venda, juntamente com as evidências e análises da transferência de controle; c) Testes dos saldos de contas a receber na data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos recebidos no exercício; d) Análise de recuperabilidade do saldo do contas a receber e teste sobre a atualização do saldo com base nos indexadores negociados; e) Envio de cartas de confirmação às contrapartes para confirmação

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **BRASILAGRO - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, todos referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da PricewaterhouseCoopers ("PWC"), emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Conselho Fiscal concluíram que referidos documentos foram devidamente elaborados e estão, em todos os seus aspectos relevantes, adequados, devendo, portanto, ser encaminhados à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 01 de setembro de 2022.

Fabiano Nunes Ferrari

Ivan Luisotto Alexandre

Geraldo Afonso Ferreira

da existência da transação e confirmações dos termos contratuais; f) Teste de corte de competência das receitas; g) Análise da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relacionadas a esse assunto. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração e reconhecimento da receita de venda de terras, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de agosto de 2021, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Release de resultados 4T22 | FY22". Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

São Paulo, 01 de setembro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Emerson Lima de Macedo

Contador CRC 1BA022047/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2022, emitido nesta data.

São Paulo, 01 de setembro de 2022.

André Guillaumeon

CEO

Gustavo Javier Lopez

CFO e Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 01 de setembro de 2022.

André Guillaumeon

CEO

Gustavo Javier Lopez

CFO e Diretor de Relações com Investidores



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>